

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

**2009/2010**



**Trabalho de Investigação Individual**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**

**A CRISE VOCACIONAL DA JUVENTUDE PORTUGUESA FACE À CARREIRA MILITAR E O SEU IMPACTO NO CUMPRIMENTO DAS MISSÕES ATRIBUÍDAS**

**JOSÉ ALBERTO FANGUEIRO DA MATA**  
*Coronel Piloto Aviador*



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A CRISE VOCACIONAL DA JUVENTUDE PORTUGUESA  
FACE À CARREIRA MILITAR E O SEU IMPACTO NO  
CUMPRIMENTO DAS MISSÕES ATRIBUÍDAS**

**José Alberto Fangueiro da Mata  
Coronel PILAV**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 9 de Abril de 2010



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A CRISE VOCACIONAL DA JUVENTUDE PORTUGUESA  
FACE À CARREIRA MILITAR E O SEU IMPACTO NO  
CUMPRIMENTO DAS MISSÕES ATRIBUÍDAS**

**José Alberto Fangueiro da Mata  
Coronel PILAV**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: Coronel Tirocinado de Art<sup>a</sup> Luís Francisco Botelho Miguel

Lisboa, 9 de Abril de 2010

## ÍNDICE

Índice .....	i
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Palavras-chave .....	vi
Lista de abreviaturas .....	vii
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
a. Importância do estudo .....	3
b. Delimitação e contexto.....	3
c. Objectivos da investigação .....	5
d. Questão Central, Questão Derivada e Hipótese .....	5
e. Estrutura do documento .....	5
<b>2. O conhecimento e o desenvolvimento vocacional .....</b>	<b>6</b>
a. O Serviço Militar Obrigatório e o Dia da Defesa Nacional (DDN).....	8
b. O conhecimento sobre as Forças Armadas .....	8
c. O grau de informação antes da participação no DDN .....	11
d. O ensino .....	12
e. O desenvolvimento vocacional .....	15
f. Síntese conclusiva .....	16
<b>3. O Dia da Defesa Nacional e a carreira militar.....</b>	<b>17</b>
a. Predisposição para o «ingresso» .....	19
b. Justificação dos jovens ao «não ingresso» .....	24
c. A apreciação do DDN .....	25
d. Síntese conclusiva .....	28
<b>4. Os recursos humanos e as missões .....</b>	<b>29</b>
a. A demografia e o mercado de trabalho .....	30
b. Os recursos humanos .....	34
c. O impacto nas missões atribuídas.....	36
d. Síntese conclusiva .....	37
<b>5. Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>39</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>41</b>

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I	Glossário de conceitos e definições.....	I-1
APÊNDICE II	Análise por Ramo: escolaridade e motivo de ingresso .....	II-1
APÊNDICE III	Diagrama de investigação .....	III-1

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO A	Dados estatísticos da população.....	A-1
ANEXO B	Efectivos das FFAA.....	B-1

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n.º1	Preocupação pessoal com problemas que poderão afectar a segurança de Portugal .....	9
Gráfico n.º2	A importância das FFAA para a Defesa Nacional .....	10
Gráfico n.º3	Conhecimento, interesse e informação sobre as FFAA .....	10
Gráfico n.º4	Emprego nas FFAA .....	11
Gráfico n.º5	Informação sobre o DDN antes da participação .....	12
Gráfico n.º6	Fontes de informação sobre o DDN antes da participação .....	12
Gráfico n.º7	Posição dos jovens face ao ingresso nos três ciclos .....	19
Gráfico n.º8	Ingresso no RV/C nos 12 meses seguintes .....	20
Gráfico n.º9	Ingresso face à escolaridade .....	20
Gráfico n.º10	Ingresso pela situação dos jovens .....	21
Gráfico n.º11	Ingresso face à escolaridade do pai .....	22
Gráfico n.º12	Preferência de ingresso por Ramo .....	23
Gráfico n.º13	Apreciação geral .....	25
Gráfico n.º14	Apreciação do DDN, face à situação profissional .....	26
Gráfico n.º15	Apreciação do DDN, face à escolaridade .....	26
Gráfico n.º16	Principal objectivo do DDN ao longo dos ciclos .....	26
Gráfico n.º17	Formas de sensibilização sobre a temática da Defesa Nacional .....	27
Gráfico n.º18	Opinião sobre as FFAA após participação no DDN .....	27
Gráfico n.º19	FFAA: utilidade, eficácia e formação .....	27
Gráfico n.º20	População residente por grandes grupos etários (milhares), Portugal, 2008-2060 .....	A-1
Gráfico n.º21	Nados vivos (em milhares), Portugal. 1900-2008 .....	A-1
Gráfico n.º22	Ingresso em função da escolaridade por ramo .....	II-1

## LISTA DE TABELAS

Tabela n.º1	As FFAA oferecem um emprego atractivo .....	19
Tabela n.º2	Posição dos jovens face ao ingresso RC/RV .....	19
Tabela n.º3	Motivos apontados para o ingresso .....	23
Tabela n.º4	Justificativos do não ingresso nas FFAA .....	24
Tabela n.º5	Importância dos incentivos à prestação de serviço RC/RV .....	25
Tabela n.º6	População estrangeira – titulares de autorizações de residência ....	A-1
Tabela n.º7	Efectivos QP (DL 261/2009) e RC/RV (DR 12/2009) .....	B-1
Tabela n.º8	Efectivos Marinha .....	B-1
Tabela n.º9	Efectivos Exército .....	B-1
Tabela n.º10	Efectivos Força Aérea .....	B-1
Tabela n.º11	Motivo para o ingresso em cada Ramo .....	II-2

## RESUMO

O presente estudo centra-se na análise da percepção e da motivação da juventude portuguesa face à carreira militar e nas limitações que as mesmas podem, eventualmente, colocar ao cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas (FFAA).

Neste contexto, o trabalho inicia-se com a caracterização da juventude portuguesa, com o objectivo de identificar o seu conhecimento e compreender os seus comportamentos e motivações face à carreira militar, através da interpretação do grau de conhecimento e de informação que os jovens manifestam possuir relativamente às FFAA.

No passo seguinte procura-se abordar o Dia da Defesa Nacional enquanto primeiro contacto da maioria dos jovens com o universo da Defesa Nacional e das FFAA, dando-se relevo à alteração da percepção dos jovens face a estas realidades, bem como ao grau de atractividade que tal participação lhes desperta.

No terceiro momento do estudo tem lugar a análise da problemática associada à obtenção dos recursos humanos necessários às FFAA. Na prática, procurou-se efectuar uma caracterização dos factores demográficos e de competição presentes no mercado de trabalho, aspectos que condicionam sobremaneira a obtenção dos recursos humanos necessários ao adequado cumprimento das missões que estão confiadas às FFAA.

Por último, é analisada a relação e a interacção das conclusões parciais e, de acordo com os objectivos da investigação, apresenta-se o conjunto de conclusões que permitiram equacionar propostas de linhas de acção.

Das conclusões alcançadas, releva-se que o impacto do actual défice de efectivos, independentemente das razões que o sustentam, não assume dimensão que ponha em causa o cabal cumprimento das missões atribuídas às FFAA. Todavia, tal realidade não deixa de induzir alguns constrangimentos, cuja maior expressividade se verifica existir na Força Aérea, uma vez que se concentra em áreas funcionais específicas e críticas em termos operacionais.

## **ABSTRACT**

*The present research focus on the analysis of the Portuguese youth's perception and motivation towards the military career and the eventual restrictions they may have on the accomplishment of the Armed Forces (FFAA) missions.*

*In this context, the present work starts with the characterization of the Portuguese youth, in order to identify their knowledge and to understand their behaviour and their motivations regarding the military career by investigating and interpreting its level of knowledge of the FFAA.*

*Later on, the National Defence Day (DDN) is mentioned as being the first institutional contact of the Portuguese juveniles in relation to both the National Defence Day and the FFAA. This event changes the juveniles' perception and increases their level of interest regarding the FFAA.*

*An essential part of this research focus on the necessary human resources that the FFAA requires. Aspects like the demographic and competition factors on the labour market are therefore explored. Both these elements regulate the recruitment of the necessary human resources and the accomplishment of the FFAA missions.*

*Finally, the relation and interaction of the partial conclusions are analysed. Having in mind the goals of this research, it is presented a set of conclusions which have lead to several action lines.*

*Of all the conclusions, it is important to refer that the impact of the present reduced number of the permanent military members does not interfere with the accomplishment of the FFAA missions. Nevertheless this situation causes some constraints, mainly in the Air Force, since they are especially felt in specific key areas, which become critical when dealing with operational missions.*

## **PALAVRAS-CHAVE**

Demografia  
Desenvolvimento Vocacional  
Dia da Defesa Nacional  
Juventude

## ***KEY WORDS***

*Demography*  
*National Defence Day*  
*Vocational Development*  
*Youth*

## LISTA DE ABREVIATURAS

CEE	Comunidade Económica Europeia
CIES	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CPS	Congresso Português de Sociologia
CRP	Constituição da República Portuguesa
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
FFAA	Forças Armadas
H	Hipótese
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
IUL	Instituto Universitário de Lisboa
LSM	Lei do Serviço Militar
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFA	Movimento das Forças Armadas
PILAV	Piloto Aviador
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QP	Quadro Permanente
RC	Regime de Contrato
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RLSM	Regulamento da Lei de Serviço Militar
RV	Regime de Voluntariado
SMO	Serviço Militar Obrigatório



## **1. Introdução**

Partindo do pressuposto, como sustenta Paixão, que «*a identidade nacional coincide com uma consciência individual e colectiva e supõe a lealdade dos cidadãos e um desígnio comum*», e que integra no seu pecúlio, ainda segundo o mesmo autor, «*a língua, o território, a história, a religião, as tradições, as leis, os sentimentos e crenças, em suma, o património legado e a legar às gerações futuras*», somos levados a admitir que Portugal não parece apresentar défice de identidade (Paixão, 2000: 9).

Com efeito, possuímos um território próprio, uma população consideravelmente homogénea, instituições condizentes com um regime democrático estável e um acervo cultural e histórico com muitos séculos de existência, características que naturalmente potenciam a consolidação identitária de um povo com um grande sentido do valor colectivo, acrescido ao facto de na essência da sua «matriz genética» não se identificarem aspectos fracturantes de assinalável relevo.

No entanto, apesar do reconhecimento da aparente afirmação identitária do povo lusitano, e pese embora a existência do preceito constitucional segundo o qual «*a defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses*»<sup>1</sup>, a percepção generalizada na sociedade, quando se fala em Defesa Nacional, parece remeter para uma responsabilidade exclusivamente confinada às Forças Armadas (FFAA).

Ora, importa lembrar que apesar da Constituição da República preceituar que incumbe às FFAA a defesa militar da República, semelhante propósito está, contudo, longe de constituir um exclusivo das FFAA. Aliás, uma tal percepção, para além da sua susceptibilidade quanto à coesão nacional perante um hipotético cenário de defesa colectiva da Pátria, seria indutora de graves discontinuidades na identificação de uma estratégia admissível face à necessidade de responder a uma ameaça à soberania, pois, como lembra Sampaio, «*a Defesa, sendo uma questão nacional, é não apenas militar mas também cultural, económica e política na mais ampla acepção da palavra. Neste sentido, só uma estratégia integrada, concebida no plano global do Estado, poderá responder, com credibilidade, à defesa dos interesses nacionais (...)*» (Sampaio, 1997: 127).

A problemática da defesa conjunta e integrada da Nação remete-nos, inexoravelmente, para a questão central do relacionamento entre as FFAA e a sociedade civil, a qual, fruto das profundas mudanças verificadas nas últimas décadas, em Portugal e no mundo, tem registado várias alterações. Boaventura de Sousa Santos, em estudo realizado no final dos anos oitenta sobre esta matéria, identificou três tempos simbólicos:

---

Ponto 1 do art.º 276, da Constituição da República Portuguesa.



Um primeiro tempo «*das forças armadas (o exército por excelência) na sociedade tradicional, dominado pela importância do serviço militar obrigatório (...). O universo simbólico deste tempo sintetiza-se no conteúdo prático e mítico do «ir à tropa» na sociedade rural.*»; um segundo tempo que constitui o momento «*das forças armadas na sociedade liberta e convulsa de 1974-75 (...). O universo simbólico deste tempo sintetiza-se no conteúdo prático e mítico da «Aliança Povo/MFA.*»; e um terceiro tempo que corresponde à circunstância «*da sociedade portuguesa a entrar na CEE (...). O universo simbólico deste tempo sintetiza-se no conteúdo prático e mítico das forças armadas modernas e profissionais segundo o modelo ocidental.*» (Santos, 1990).

Entretanto, no início dos anos 90, com a queda do Muro de Berlim e o colapso dos regimes comunistas no Leste Europeu observaram-se, um pouco por todo o lado, novas e profundas transformações. Importava reagir à nova realidade ditada pela volatilização do «perigo» comunista. Na prática a reacção operada traduziu-se numa reorientação de objectivos, desencadeando a redefinição de um novo sistema de forças e a emergência de novas missões militares. A defesa territorial foi secundarizada, privilegiando-se, em seu lugar, intervenções no âmbito da mediação de conflitos, da manutenção de paz, da ajuda humanitária e, mais recentemente, do combate ao terrorismo e à pirataria marítima.

Simultaneamente, neste cenário temporal de relativa proximidade, Portugal passava a integrar a União Europeia, era instituído o 9º ano como termo da escolaridade obrigatório e as mulheres davam «entrada» nas FFAA.

Por outro lado, fruto da singularidade, quer dos cenários geopolíticos emergentes, quer da nova caracterização estratégica da ameaça, os Estados passaram a optar por sistemas de forças de menor dimensão, com capacidade de reacção rápida e grande flexibilidade na actuação, que apelam em crescendo a competências técnicas e índices de empenhamento incompatíveis com a lógica do serviço militar conscrito, o qual acabaria por ser desconstitucionalizado em 1999.

Com o «fim» do Serviço Militar Obrigatório (SMO) foi criado o Dia da Defesa Nacional<sup>2</sup> (DDN), inicialmente apenas destinado aos indivíduos do sexo masculino, mas que, mais proximamente, passará também a incluir de forma obrigatória as cidadãs portuguesas.

Na sequência do pensamento de Boaventura Santos, e tendo em conta os desenvolvimentos sociais e políticos observados desde 1985 até aos nossos dias, podemos admitir que outros «tempos» se instituíram no imaginário da sociedade portuguesa. Com efeito, parece ser aceitável a ocorrência de um quarto tempo – marcado pelas alterações

<sup>2</sup> O DDN está preceituado na LSM. Em APÊNDICE I, DDN: temáticas e actividades associadas.



geopolíticas dos anos 90, pela desconstitucionalização do SMO e pela criação do DDN – e, eventualmente, um quinto tempo, o actual, caracterizado pela extensão dos deveres de defesa militar da República às cidadãs portuguesas.

Todos estes acontecimentos acabaram por influenciar profundamente o relacionamento entre as FFAA e a sociedade civil, afectando, em razão do distanciamento crescente que entretanto se foi constituindo entre aquelas duas realidades, a consciência das várias gerações de jovens em relação à forma como percebem a defesa militar da República e, em particular, as FFAA.

#### **a. Importância do estudo**

O estudo a realizar centra-se numa problemática de cariz sociológico, subordinada ao tema «*A crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar e o seu impacto no cumprimento das missões atribuídas*».

A investigação insere-se no contexto da percepção e da motivação da juventude portuguesa face à carreira militar e às FFAA enquanto instituição, e ainda às eventuais condicionantes no cumprimento das missões das FFAA.

Para além das percepções individuais ou institucionais e das conceptualizações académicas de âmbito sociológico, o Tema tem relação directa com legislação diversa, nomeadamente com o preceituado vertido nos Artigos 275.º e 276.º da Constituição da República Portuguesa, com a Lei n.º 11/89 – Bases gerais do estatuto da condição militar, com a Lei n.º 174/99 – Lei do Serviço Militar e com a Lei Orgânica n.º 1-B de 2009 – Lei da Defesa Nacional.

Por outro lado, releva-se o potencial contributo do presente trabalho para a promoção do conhecimento sobre a juventude portuguesa, mormente a sua percepção sobre as FFAA e as respectivas motivações pessoais e profissionais. Tais elementos são fundamentais para quem comanda, chefia ou gere os recursos humanos disponíveis, bem como para quem define as políticas de recrutamento e a imagem das FFAA.

#### **b. Delimitação e contexto**

O trabalho a elaborar vai centrar-se na presunção da existência de uma eventual crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar e o seu impacto nas missões das FFAA.

A expressão «crise vocacional» possui contornos de extrema complexidade, havendo autores que em matéria de instituições tradicionais como a Família, a Igreja, ou as FFAA, acabam por identificar a «crise» não como algo intrínseco à própria juventude mas



fruto da desadaptação de tais instituições à sociedade moderna.

Assim, no sentido de nortear e manter a coerência durante a investigação, torna-se fundamental formular um entendimento sobre a expressão «crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar». Neste contexto, vamos considerar que ela se materializa na clara existência de um défice de recursos humanos, tendo em conta as reais necessidades das FFAA, relativamente ao número de jovens, que por aceitação voluntária do conjunto de valores e deveres característicos da Instituição Militar, optam por servir nas fileiras.

Face à grande abrangência do tema e à complexidade dos universos em causa – a juventude portuguesa, a carreira militar e as missões das FAA – entende-se que uma abordagem através de questionários ou entrevistas formais seria inexecutável, tendo em conta o tempo disponível e os recursos proporcionados. Por esta razão, o desenvolvimento da pesquisa irá incidir na análise de entrevistas, documentação de autores de referência e em trabalhos de campo no âmbito sociológico, realizados por instituições conceituadas na matéria.

A realização deste trabalho vai obedecer aos preceitos estabelecidos na NEP n° DE 218, do IESM, de 27Jul07. Uma vez que é recomendada a aplicação do método científico, recorre-se fundamentalmente às abordagens indutiva e descritiva, por serem aquelas que melhor se adequam ao tipo de investigação a empreender e, como referem Quivy e Campenhoudt, «*Qualquer modelo comporta inevitavelmente elementos de estruturação dedutiva mas também indutiva.*» (Quivy e Campenhoudt, 2008:144).

A pesquisa será baseada na documentação existente sobre o Tema, sendo dada atenção especial aos trabalhos de fundo que recentemente têm sido publicados sobre a juventude portuguesa e a sua relação com a Defesa Nacional e as FFAA. Neste contexto, realçam-se os estudos sociológicos no âmbito do DDN, da iniciativa da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional (DGPRM/MDN), assim como os trabalhos no âmbito do projecto «*As FFAA após a Guerra-fria*» (CIES, 2009).

Para além dos aspectos acima referenciados, torna-se de igual modo importante percepcionar as questões ligadas às alterações demográficas em Portugal, nomeadamente a análise do último relatório do Instituto Nacional de Estatística, referente a 2008 e publicado em 10 de Novembro de 2009, bem como outros que entretanto venham a ser publicados até à data de conclusão do presente trabalho.

Em complemento, serão efectuadas entrevistas não dirigidas, de acordo com o desenvolvimento do trabalho e com a natureza e pertinência dos diferentes aspectos da investigação.



### **c. Objectivo da investigação**

O objectivo desta investigação é analisar os factores relevantes na juventude portuguesa relacionados com a sua percepção sobre as FFAA e o seu desenvolvimento vocacional face à carreira militar, de modo a correlacionar a sua interacção e a identificar eventuais condicionamentos no cumprimento das missões atribuídas às FFAA.

### **d. Questão central, questões derivadas e hipóteses**

Tendo em conta o objectivo e a delimitação do estudo, a presente investigação terá como linha condutora a seguinte Questão Central (QC):

*«Em que medida a crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar condiciona o cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas?»*

As Questões Derivadas (QD) a que se pretende obter resposta são as seguintes:

QD1 – O que leva a juventude portuguesa durante o seu desenvolvimento vocacional a não potenciar a carreira militar como escolha profissional?

QD2 – Após a participação no DDN, o que leva alguns jovens a escolher a carreira militar?

QD3 – Os recursos humanos são suficientes para o cabal cumprimento das missões das FFAA?

Para o tratamento da QC, e perante estas QD, levantam-se as seguintes Hipóteses (H):

H1 – A carreira militar não é opção para a juventude portuguesa porque os jovens em geral não têm conhecimento suficiente sobre as FFAA e no seu desenvolvimento vocacional são tardiamente confrontados com a opção da carreira militar.

H2 – A apreciação da maioria dos jovens participantes no DDN é positiva, o que contribui para projectar uma imagem favorável da Defesa Nacional e das FFAA. Consideram as FFAA úteis, eficazes e uma oportunidade profissional a equacionar no futuro.

H3 – Os recursos humanos parecem ser suficientes para o cabal cumprimento das missões das FFAA. Contudo, as alterações demográficas e a competição no mercado de trabalho condicionam a obtenção dos recursos humanos, podendo ter impacto ao nível da sustentabilidade.

### **e. Estrutura do documento**

Definida a QC e as QD, através de um processo de leituras e entrevistas exploratórias informais, seguir-se-á à presente introdução, o segundo capítulo com a caracterização da juventude portuguesa, que terá como objectivo a aquisição de *Cor PILAV Figueiro da Mata*



conhecimento e compreensão no domínio das suas motivações e comportamentos face à carreira militar, tendo em conta o seu grau de conhecimento e informação em relação às questões da Defesa Nacional e das FFAA.

Em seguida, no terceiro capítulo, vamos abordar o DDN na perspectiva do seu impacto como primeiro contacto formal da maioria dos jovens com o universo simbólico da Defesa Nacional, com particular relevo para a percepção dos jovens face às FFAA, bem como o grau de atractividade que elas lhes despertam.

No quarto capítulo, abordaremos uma outra vertente da investigação – que está para além de uma eventual «crise vocacional» da juventude portuguesa e que não é exclusiva da carreira militar – centrada nos factores demográficos e de competição no mercado de trabalho, os quais poderão condicionar a obtenção de recursos humanos necessários ao cumprimento das missões atribuídas às FFAA.

Por último, no capítulo quinto, será analisada a relação e interacção das sínteses conclusivas e, de acordo com os objectivos da investigação, apresentar-se-á um conjunto de recomendações que permitirão dar resposta à QC e elaborar propostas de linhas de acção futuras.

## **2. O conhecimento e o desenvolvimento vocacional**

Ao constituírem-se como base de sustentação das FFAA, quer como garante da sua dimensão quer como suporte da renovação do corpo profissional, os jovens assumem um lugar fundamental na arquitectura e construção da Instituição Militar do presente e do futuro.

Os processos de construção da exploração e do desenvolvimento vocacional são dimensões fundamentais quando se pretende compreender o que é, na sua essência, a juventude. Estes processos fundamentam-se na aptidão e no interesse: por um lado, o jovem assume as suas capacidades, limitações e potencialidades; por outro lado, atende e interioriza os valores, princípios e demais vivências transmitidas na família, na escola, no trabalho e nos demais agentes sociais.

Em termos sociológicos, a juventude é hoje entendida como uma realidade social historicamente recente, criada pelas sociedades modernas industrializadas e escolarizadas, traduzindo-se na prática num percurso social entre a infância e a maturidade humana, ou seja, desde a total dependência social à emancipação, chancela que se alcança com a obtenção do estatuto social de adulto. Com efeito, o acesso à idade adulta é basicamente determinado pelo ingresso na vida activa e completa-se pela aquisição de uma autonomia social e económica.



A abordagem tradicional considera que a juventude constitui o tempo das aprendizagens fundamentalmente proporcionadas pelas duas grandes instâncias de socialização – a família e a escola. O processo de aculturação envolve a transmissão de saberes, isto é, a passagem de um conjunto de procedimentos e produtos de conhecimento cuja eficácia social resulta, em boa medida, de serem memorizáveis e transponíveis de acordo com a especificidade das situações e conjunturas vividas pelos seus portadores.

Neste contexto de envolvência educacional – Escola, Família e Sociedade em geral – a «vocaçã» tem vindo, aparentemente, a relacionar-se com a aptidão e o interesse dos jovens no sentido de definir um projecto de vida ligado a uma realização e satisfação pessoais. No tocante à «carreira das armas» parece ajustado admitir que o senso comum a percebe ainda não como uma mera profissão, mas sim como algo que exige sacrifícios e restrições de liberdade, normalmente não observáveis na generalidade das ocupações profissionais, circunstância que de resto se encontra regulamentarmente estatuída sob a forma de vários normativos legais. Poder-se-ia admitir que uma tal percepção da realidade seria susceptível de remeter a ideia de «vocaçã militar», para um universo simbólico próximo do sacerdócio, o que, se assim fosse, tornaria admissível a questão da existência de uma eventual «crise vocacional».

Porém, a realidade surge-nos de modo bem distinto. Com efeito, não só os jovens vão dando conta de uma percepção menos abstracta e mais prática em relação à vida castrense, como também a própria instituição militar parece ter-se «esquecido» de invocar a «vocaçã» já que ela própria se promove em termos marcadamente ocupacionais, como bem faz nota Carrilho *«quando o apelo ao recrutamento de novos elementos se baseia nos aspectos técnicos e na compensação material, e não nas qualidades de carácter e estilo de vida – está a verificar-se um deslize da tradição “institucional” para o formato “ocupacional”»* (Carrilho, 1994:130).

Na verdade, é claramente a perspectiva ocupacional que prevalece na juventude. Aliás, para muitos jovens a questão da «vocaçã militar» e dos sacrifícios que lhe estão associados, parece não fazer muito sentido, sendo uma coisa do passado e até impensável. Acresce que, como oportunamente refere Carrilho, *«... as Forças Armadas não são uma instituição imutável e isolada», sendo os militares «... indivíduos com referências sociais para além dos limites dos quartéis e que também são atingidos pelos mesmos vastos fenómenos presentes na sociedade envolvente»*. Daí não se estranhar, como salienta ainda aquela autora *«... que os militares e a instituição se encontram num dilema que implica a escolha entre a postura institucional, que mantém um atractivo intemporal, e o mercado, actualmente dominado nas relações profissionais e sociais»* (Carrilho, 1994:130).



### **a. O Serviço Militar Obrigatório e o Dia da Defesa Nacional**

O universo simbólico associado ao SMO há muito que deixou de povoar o imaginário dos portugueses, em particular da juventude, uma vez que, como sustenta o General Ramalho Eanes, «... *abolida a conscrição no recrutamento das Forças Armadas, cortada ficou a comunicação umbilical que uma parte significativa da Sociedade Civil mantinha com a Instituição Militar, feita através dos seus familiares em serviço naquela Instituição.*» (Eanes, 2008: 908).

Mas, é bom não esquecer que muito do conhecimento que os portugueses adquiriam sobre as FFAA e a Defesa Nacional advinha da sua passagem obrigatória pelas fileiras, onde a aculturação se desenvolvia e manifestava em torno de valores como a defesa do património colectivo, a preservação da identidade nacional, o dever de participar activamente na defesa da Nação ou a prestação de um serviço à Pátria em prol de todos, contribuindo assim para a coesão nacional.

Todavia, com o fim da conscrição ficou dificultado, ou mesmo impossibilitado, o contacto entre a instituição militar e a sociedade civil, que antes se operava através daquele instrumento, tendo esta nova realidade pós-conscrição levado mesmo alguns autores, como é o caso de Paixão, citando o Professor Adriano Moreira, a salientar que a actual situação assume uma enorme gravidade na medida em que « ... *podemos dizer que, nesta sociedade em mutação, estamos perante uma crise de Estado, concebido como instrumento ao serviço da comunidade e que à Nação cabe agora reencontrar um sentido reforçado e uma prática renovada de cidadania.*» (Paixão, 2000:8).

Ora, tendo o SMO sido desconstitucionalizado, a profissionalização exigiu novos métodos de actuação no recrutamento, nomeadamente nas formas de comunicação do «produto militar» aos jovens. As FFAA passaram a constituir-se como um «competidor» no mercado de trabalho, em igual circunstância com outras entidades públicas e privadas, recorrendo a estratégias de *marketing* que pretendem projectar uma imagem de modernidade, utilidade, prontidão, sofisticação tecnológica, elevada qualificação dos recursos humanos e empregabilidade segura.

À lacuna deixada pelo fim da conscrição pretendeu-se responder com algumas iniciativas de carácter legislativo, das quais se destaca a criação do DDN, que será analisado com mais profundidade no terceiro capítulo deste trabalho.

### **b. O conhecimento sobre as Forças Armadas**

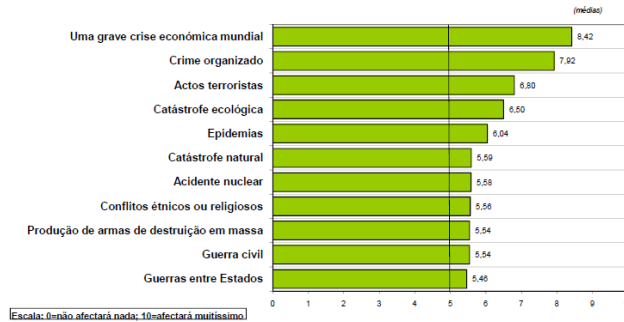
Sendo certo que a atitude dos indivíduos face a uma dada realidade é função do conhecimento que dela têm, não podemos passar sem procurar perceber o grau de



conhecimento que os portugueses demonstram possuir relativamente à Defesa Nacional e às FFAA. Para tal, recorreremos ao inquérito<sup>3</sup> realizado à população portuguesa no âmbito do citado projecto «*As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra – fria*» (CIES, 2009).

No sentido de procurar avaliar a percepção que os portugueses têm relativamente ao conhecimento sobre as FFAA, seleccionámos duas vertentes: a primeira com questões de âmbito genérico e a segunda onde são exigidos conhecimentos mais objectivos sobre as FFAA.

**Gráfico n.º 1: Preocupação pessoal com problemas que poderão afectar a segurança de Portugal**



Fonte: Projecto «*As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra – fria*»

Tendo em conta as respostas obtidas, no Gráfico n.º1, à questão «*Preocupação pessoal com problemas que poderão afectar a segurança de Portugal*», concorda-se que «*Dois grandes factores afectam as atitudes dos cidadãos face às Forças Armadas: sentimento de identidade nacional e a percepção das ameaças externas que impendem sobre a comunidade nacional*» (Matos e Bacalhau, 2001:23). Por outro lado, não existindo, na opinião daqueles dois autores, ameaças credíveis ou, sendo a sua percepção baixa e não estando em causa a identidade nacional, é com alguma naturalidade que as preocupações dos portugueses se centram essencialmente nas questões económicas, directamente relacionadas com a sua qualidade de vida e com a segurança interna, relegando para um plano claramente secundário as questões que envolvem as FFAA. Facto que reforça aliás a ideia de Carrilho, quando refere que «... as pessoas tendem a atribuir às Forças Armadas em tempo de paz tarefas que vão no sentido de responder a vulnerabilidades que sentem no plano social e pessoal ...» (Carrilho, 1994:181).

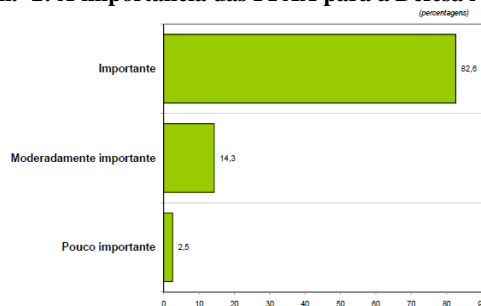
Num outro questionário de 1999, dirigido para a população em geral, em que uma das perguntas incidia sobre as várias missões das FFAA e a importância relativa entre elas, os resultados obtidos dão conta que é sobretudo a «*protecção civil*», a «*melhoria das condições de vida das populações*» e as «*missões de paz*», que mais entusiasma os portugueses, relegando para um plano secundário a ideia de «*combater o inimigo externo*» (Matos e Bacalhau, 2001:48-50). Aparentemente, também neste estudo, o factor

<sup>3</sup>O inquérito em causa incidiu sobre 1535 indivíduos, maiores de 15 anos, residentes em Portugal Continental, tendo uma margem de erro de  $\pm 2,51\%$  e um grau de confiança de 95%.



«percepção do grau de ameaça externa» poderá ter influenciado a escolha da importância das missões.

**Gráfico n.º 2: A importância das FFAA para a Defesa Nacional**



Fonte: Projecto «As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra – fria»

No tocante ao modo como os portugueses percebem as FFAA em termos da sua importância para a Defesa Nacional, a esmagadora maioria dos inquiridos (82,6%) consideram-nas como importantes para o país, sendo muito reduzido (2,5 %) o número daqueles que as classificam como «*Pouco importantes*» (Gráfico n.º2).

Por outro lado, quando confrontados com a necessidade de enumerar as instituições em que mais confiam, os inquiridos atribuíram às FFAA, numa escala de zero a dez, o lugar cimeiro (8,7), cabendo aos partidos políticos o fundo da escala (3,35). Em nossa opinião, esta postura dos portugueses poderá estar associada a um forte sentimento de identidade nacional, sendo as FFAA encaradas como factor de coesão nacional.

**Gráfico n.º 3: Conhecimento, interesse e informação sobre a Defesa Nacional e as FFAA**

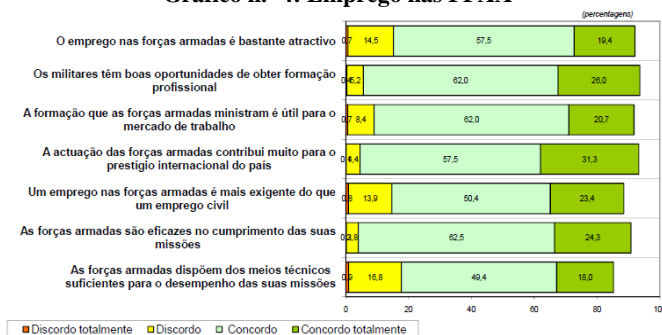


Fonte: Projecto «As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra – fria»

A conjugação das três questões representadas no Gráfico n.º3, que procuram avaliar o nível de conhecimento relativamente à Defesa Nacional e às FFAA, evidencia que os temas expostos não são alvo de discussão entre os portugueses, face ao baixo conhecimento que revelam sobre as FFAA. Sendo nosso entendimento que as razões para a obtenção destes resultados poderão estar não só relacionados com algum alheamento da sociedade em relação aos temas da Defesa Nacional e das FFAA, mas também com uma certa percepção do «perigo» como algo distante do território nacional e que, portanto, dificilmente poderá suscitar problemas sérios. Na verdade, como salienta Carrilho «*As atitudes referentes à defesa estão na generalidade dos países relacionadas com a percepção de ameaças à paz e ao ordenamento internacional.*» (Carrilho, 1994:171).



Gráfico n.º 4: Emprego nas FFAA



Fonte: Projecto «As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra – fria»

Curiosa não deixa de ser a avaliação dos inquiridos quando chamados a pronunciarem-se sobre as FFAA em termos de emprego (Gráfico n.º4), dando conta de uma opinião bastante positiva: as percentagens correspondentes ao «*Discordo totalmente*» são, em todas as questões, inferiores a 1%, ao passo que os somatórios das percentagens positivas, «*Concordo*» e «*Concordo totalmente*», variam entre 67,4% e 88,8%. Salienta-se o facto de a última questão, que implica algum conhecimento objectivo das FFAA, ser justamente aquela onde o número de «não respostas» é maior, 14,9%<sup>4</sup>. Numa óptica estritamente de ocupação profissional, os resultados obtidos nesta questão apontam claramente para uma percepção muito positiva das FFAA.

### c. O grau de informação antes da participação no DDN

Com a desconstitucionalização do SMO, o DDN passou a assumir particular importância na divulgação e compreensão dos preceitos constitucionais que responsabilizam os cidadãos nos seus direitos e deveres fundamentais de defender a Pátria. Em nossa opinião trata-se de uma questão basilar, dado que o DDN será das poucas oportunidades em que a juventude, enquanto expressão do futuro, poderá ter um conhecimento funcional e institucional das FFAA, mormente quanto às incumbências e responsabilidades relativas à defesa militar da República.

Ciente desta importante realidade, a DGPRM/MDN tem vindo a promover, desde 2004, estudos sociológicos sobre o DDN, que se baseiam em questionários a dezenas de milhares de jovens e que constituem um importante instrumento para compreender a juventude portuguesa no contexto da Defesa Nacional e das FFAA.

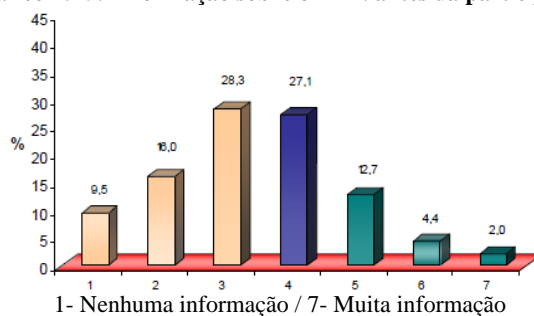
No estudo da problemática em apreço, assume especial pertinência perceber de que modo os jovens percebem as questões relacionadas com a Defesa Nacional e as FFAA, antes da sua participação no DDN. Neste sentido vamos utilizar a informação disponível referente ao estudo sociológico no âmbito do DDN de 2006/2007<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Corresponde a  $100\% - (0,9\% + 16,8\% + 49,4\% + 18\%) = 14,9\%$ . Inquiridos que não responderam à questão.

<sup>5</sup> É o estudo mais recente publicado pela DGPRM/MDN sobre o DDN.



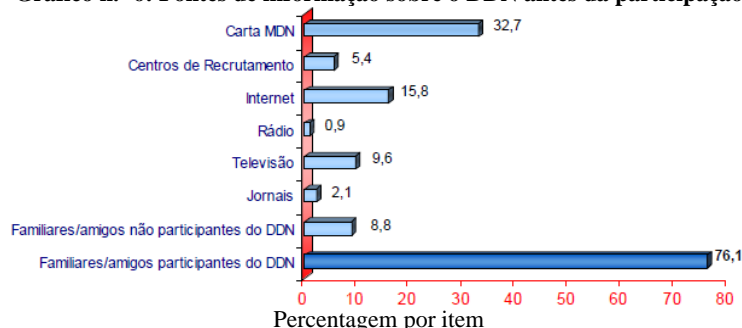
Gráfico n.º 5: Informação sobre o DDN antes da participação



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Da observação dos dados do Gráfico n.º5 constata-se que, em termos médios, os jovens dão conta de não dispor de muita informação, uma vez que apenas 19,1% se consideram bastante informados, ao passo que a maioria, cerca de 56%, refere ter pouca informação sobre o DDN.

Gráfico n.º 6: Fontes de informação sobre o DDN antes da participação



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Quando questionados relativamente à fonte de informação privilegiada sobre o DDN, Gráfico n.º6, antes da participação, a maioria dos inquiridos dá conta de que é justamente junto de familiares e amigos que haviam participado nessa iniciativa que tal informação foi obtida. Este facto não deixa de ser estranho, se tivermos em conta que a informação em causa flui em espaços cada vez mais explorados pelos jovens, como é o caso da *internet*.

#### d. O ensino

O ensino constitui sem sombra de dúvida um dos domínios onde se tem vindo a observar transformações mais assinaláveis nas últimas décadas. Com efeito, a sociedade tornou-se mais complexa e a aculturação da juventude assenta, hoje em dia, em prioridades diferentes. A este propósito não podemos deixar de citar Marçal Grilo, pese embora o carácter algo excessivo da enunciação, quando refere que «os jovens enfrentam hoje um conjunto vasto de solicitações com maior atracção que a escola, onde os valores enunciados parece terem sido propositadamente invertidos para dar lugar à violência, à mentira, ao dinheiro fácil e à lei do mais forte.» (Grilo, 2002:46).

Sendo certo que a democracia se fundamenta na participação activa dos cidadãos na vida pública, conscientes dos seus deveres e direitos e preparados para assumir as suas



responsabilidades perante a sociedade, a educação, em sentido lato, deveria obedecer a uma estrutura de ensinamentos que envolvesse a sociedade em geral, com especial relevo para a Família e para a Escola. Na realidade, cada vez mais o percurso educativo é relevado como factor essencial para a emancipação dos sujeitos, na medida em que promove o desenvolvimento de competências ao longo da vida.

A sociedade actual é marcada por um ritmo de vida em que não há tempo na escola, os pais não têm tempo e os jovens, eles próprios, também não têm tempo. Assim, se no passado, os professores e os pais eram os grandes «ideólogos» dos jovens, na transmissão de valores e conhecimentos, hoje a «ideologia» é substancialmente difundida e assimilada através das mais variadas formas, assentes em tecnologia da informação e comunicação acessíveis à maioria dos jovens. Não menosprezando a importância da informação e do conhecimento na construção e evolução da sociedade global, não podemos deixar de atender à faceta perniciosa que a vulgarização e o fácil acesso podem implicar. De facto, o conhecimento do «bom» e do «mau», por vezes sem o necessário enquadramento de quem tem a responsabilidade de educar, torna difusa a interpretação dos valores transmitidos de geração para geração. Na verdade, como faz notar Paixão «*A educação para a cidadania constitui uma garantia da democracia e só pode realizar-se em contextos experienciais democráticos. Diz respeito a todas as instituições de socialização, de formação e de expressão de vida pública mas, naturalmente, cabe aos sistemas educativos desenvolverem, nas crianças e nos jovens, os saberes e as práticas duma cidadania activa.*» (Paixão, 2000:11).

Neste âmbito, a Escola conserva um papel fundamental na educação da nossa juventude. Assim sendo, na tentativa de identificar possíveis factores que contribuam para o seu desenvolvimento vocacional, começemos, então, pelo momento em que os jovens fazem a sua primeira escolha, ou seja aquela que mais poderá influenciar as suas decisões futuras em matéria de percurso profissional. Para tal faremos um rápido percurso pela legislação vigente que, obviamente, condiciona as matérias leccionadas nas nossas escolas no âmbito da formação cívica. Desde logo, o Despacho n.º19308/2008, DR, 2ª série – N.º139 – 21 de Julho 2008, vem estabelecer o seguinte no seu parágrafo 10º: «*Ao longo do ensino básico, em área de projecto e em formação cívica devem ser desenvolvidas competências nos seguintes domínios: a) Educação para a saúde sexual ...; b) Educação Ambiental; c) Educação para o consumo; d) Educação para a sustentabilidade; e) Conhecimento do mundo do trabalho e das profissões ...; f) Educação para os direitos humanos; g) Educação para a igualdade de oportunidades; h) Educação para a solidariedade; i) Educação rodoviária; j) Educação para os media; k) Educação para a*



*dimensão europeia.».*

Facilmente se constata que a Defesa Nacional e as FFAA não fazem parte do leque curricular do ensino básico, universal e obrigatório até ao 9º ano de escolaridade. Tal omissão não deixa de criar a maior estranheza, tanto mais que existe uma estrutura legislativa que potencia a inclusão do tema da Defesa Nacional, como matéria curricular deste nível de ensino obrigatório. Desde logo a Constituição da República, referindo no n.º 1 do Artigo 273.º que «*É obrigação do Estado assegurar a defesa nacional*» e no nº1 do Artigo 276.º, que «*A defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses*». Por outro lado, também o Conceito Estratégico de Defesa Nacional preceitua, no âmbito da profissionalização, no ponto 3.2, «*o vínculo entre a cidadania e o espírito de segurança e defesa, com especial atenção para a formação cívica das novas gerações*».

Mas importa notar que a questão da omissão do tema Defesa Nacional no âmbito do ensino foi já debatida em estudos anteriores, nomeadamente nos inquéritos realizados em 1991, 1992 e 1993, em cujas conclusões Carrilho salienta que «*Existe em Portugal um interesse potencial pelas questões de defesa, explicitado principalmente pelos jovens. O nível de informação e de formação sobre o tema é, no entanto, deficiente, sendo encarada a ideia de introduzir matéria sobre este assunto nos vários níveis de ensino.*» (Carrilho, 1994:187).

Assim, face às obrigações do Estado e aos direitos e deveres que sobre os portugueses impendem, seria de todo aceitável e desejável que a Escola se constituísse como elemento privilegiado na transmissão dos valores intrínsecos da cidadania, mormente naqueles que promovem a coesão e a identidade nacionais, assim como a defesa da Pátria.

Esta questão acaba por ser igualmente importante do ponto de vista da própria sustentabilidade das FFAA, se tivermos em conta que é justamente ao concluírem o 9º ano de escolaridade que os jovens se confrontam com o primeiro grande momento de decisão no seu percurso escolar, o que, de algum modo, acaba por determinar o seu trajecto vocacional e profissional futuro. Com efeito, como salienta Faria, «*no caso português, a escolha da área vocacional a frequentar no 10º ano constitui o primeiro momento formal em que o sistema educativo confronta o jovem com a necessidade de tomar uma decisão importante para a definição da sua identidade profissional*» (Faria, 2006:120).

Repare-se que segundo o Decreto-Lei n.º74/2004, Artigo 5.º, os jovens após o 9º ano podem optar pelos seguintes cursos: Cursos científico – humanísticos, concebidos para o prosseguimento de estudos de nível superior; Cursos tecnológicos, orientados na dupla perspectiva da inserção no mercado de trabalho e prosseguimento de estudos,



especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de cursos do ensino superior; Cursos artísticos especializados, dirigidos consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspectiva da inserção no mundo do trabalho e prosseguimento de estudos; Cursos profissionais, estruturados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.

#### **e. O desenvolvimento vocacional**

No sentido de abordar uma explicação sobre o desenvolvimento vocacional, e tendo em conta que seria de interesse seguir uma linha interpretativa de alguém que conhecesse a realidade da sociedade portuguesa, tomámos como referência Maria do Céu Taveira, autora da obra «*Exploração e Desenvolvimento Vocacional de Jovens*».

Segundo Taveira, o conceito de desenvolvimento vocacional através de estádios de vida foi incorporado na «teoria vocacional» por vários autores, dos quais há a destacar o nome de Donald Super.

Em termos gerais o modelo de Super preconiza cinco estádios etários sequenciais: Crescimento (0-14 anos); Exploração (14-25 anos); Estabelecimento (25-45 anos); Consolidação (45-65 anos) e Declínio (mais de 65 anos). De entre eles, e por razões que prendem com o estudo, interessa-nos abordar o estádio da Exploração que por sua vez se subdivide em três temas: a Tentativa (14-18); a Transição (18-20) e o Ensaio (20-25). Por outro lado, queremos destacar o subtema Tentativa pelo facto de abranger as idades de frequência do ensino básico e da comparência no DDN. O tema Tentativa (14-18) é desenvolvido pelas seguintes características do estádio da Exploração de Super: 1. Consciência da necessidade da cristalização de uma preferência; 2. Uso de recurso de cristalização; 3. Consciência dos factores a considerar; 4. Consciência do que afecta os objectivos; 5. Diferenciação de interesses e valores; 6. Consciência da relação presente – futuro; 7. Formulação de preferências gerais; 8. Consciência da preferência; 9. Informação sobre a profissão preferida; 10. Planeamento da preferência profissional e 11. Sensatez na preferência profissional (Taveira, 2000:68-71).

Como facilmente se deduz, o desenvolvimento da vocação é algo de extremamente complexo, consolidando-se a partir de factores que, de algum modo, são externos ao jovem, tais como a informação, o conhecimento e os valores. Com efeito, ainda na opinião daquela autora, «*A cristalização de uma preferência é a tarefa de desenvolvimento típica do sub-estádio da Tentativa (14-18 anos) e consiste na formulação de um objectivo vocacional geral (e.g.: querer continuar a estudar). De acordo com Super (1953), nesta*



*fase, espera-se que os jovens comecem a formular ideias quanto aos seus interesses por domínios e níveis profissionais para que possam realizar (caso seja necessário) tentativas de escolha e comprometer-se com uma formação que os preparará para o desempenho de uma profissão» (Taveira, 2000:72).*

Taveira revela-nos assim a importância da formação na estruturação vocacional, que no caso do nosso sistema de ensino, em termos etários (14-18 anos), corresponde genericamente ao período que vai do final do ensino básico até ao secundário. Ora, tendo em conta o nosso sistema de ensino, percebe-se que a fase do «comprometimento» acontece no final do ensino básico, momento no qual os jovens escolhem, de facto, o percurso formativo que pretendem seguir em termos profissionais, quando na verdade não possuem ainda um conhecimento consolidado relativamente às profissões em geral e em particular no que concerne à Defesa Nacional e às FFAA.

#### **f. Síntese Conclusiva**

Como referimos, muito do conhecimento que os portugueses adquiriam sobre a Defesa Nacional e as FFAA resultava da sua passagem obrigatória pelas fileiras militares, onde se sedimentavam valores como os da defesa do património colectivo, da identidade nacional, do dever de participar activamente na defesa da Pátria e do valor do serviço prestado em prol da comunidade, contribuindo, assim, para o fortalecimento da coesão nacional.

Com o «fim» do SMO, a institucionalização do DDN veio contribuir directamente para a transmissão de valores e princípios constitucionais, isto é, direitos e deveres associados à cidadania e à defesa militar da República, ao mesmo tempo que constitui uma oportunidade dirigida à sensibilização e atracção dos jovens para a carreira militar.

Tendo por base os estudos abordados, constata-se que o conhecimento dos portugueses em geral e da juventude em particular é, em muitos aspectos, insuficiente. Os dados analisados permitem ainda observar que a temática da Defesa Nacional e das FFAA não parece constituir assunto particularmente atractivo para a maioria dos respondentes.

Face à evidência para que remete a análise empírica – e uma vez que a democracia se desenvolve através da participação activa dos cidadãos na vida pública, conscientes dos seus deveres e direitos e preparados para assumir as suas responsabilidades perante a sociedade – a educação para a cidadania dos jovens, em sentido lato, deveria ser mais abrangente e obedecer a uma estrutura de ensinamentos que envolvesse a sociedade em geral e a Escola em particular.

Sendo cada vez mais o percurso escolar um factor essencial para o desenvolvimento



das competências ao longo da vida, constata-se, com estranheza, que as matérias relacionadas com a Defesa Nacional e as FFAA estejam ausentes dos manuais de formação cívica adoptados nas escolas, o que, na nossa perspectiva, acaba por ter um impacto substancial no desenvolvimento vocacional dos jovens e, por consequência, na definição do seu percurso profissional.

Face ao exposto, considera-se assim validada a H1, o que permite responder à QD1.

### **3. O Dia da Defesa Nacional e a carreira militar**

Na sequência da 4ª revisão constitucional, o Decreto-Lei n.º174/99, de 21 de Setembro – Lei do Serviço Militar (LSM) – veio preceituar a transição do sistema de conscrição para um novo modelo de prestação de serviço militar, em tempo de paz, baseado no regime de voluntariado.

Ou seja, na prática e contrariamente ao que muitas vezes é entendido, o serviço militar não acabou, nem faria sentido se tivesse acabado. Na verdade, os cidadãos portugueses continuam sujeitos a obrigações militares decorrentes de convocação ou de mobilização, nos termos previstos na lei, constituindo a reserva de recrutamento que abrange os cidadãos dos 18 aos 35 anos. Aliás, como preceituado, os cidadãos poderão ser convocados nos casos em que a satisfação das necessidades fundamentais das FFAA sejam afectadas, ou prejudicada a prossecução dos objectivos permanentes da política de defesa nacional.

Com a publicação da Lei do Serviço Militar acabaria por ser instituído o DDN, visando «*sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República.*» Na prática, por via do carácter obrigatório da norma jurídica, o DDN constitui-se como um dever de todos os cidadãos, sendo a sua comparência obrigatória após perfazerem 18 anos.

A criação do DDN permitiu, de certa forma, colmatar a lacuna deixada pela desconstitucionalização do SMO, no que respeita à temática da Defesa Nacional e das FFAA, dando a conhecer os preceitos constitucionais e as missões das FFAA, a sua organização e os recursos que lhe estão afectos, assim como a transmissão de informação sobre as formas de prestação de serviço militar.

A LSM entrou em vigor em 14 de Novembro de 2000, data de publicação do respectivo diploma regulamentar, o Decreto-Lei n.º 289, Regulamento da Lei de Serviço Militar (RLSM). Oito anos volvidos sobre aquela data, foi publicada a primeira alteração à LSM, Lei Orgânica n.º1, de 6 de Maio de 2008, que anunciou o recenseamento «automático» dos mancebos, revogando «*a obrigação de os cidadãos se apresentarem ao*



*recenseamento militar durante o mês de Janeiro do ano em que completam 18 anos de idade»* e que, adicionalmente, preceitua que o não cumprimento do dever de comparência ao DDN constitui contra-ordenação punível com coima, bem como a sujeição a restrições para o exercício de funções públicas.

Em 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 59, de 2 de Março, produz-se uma alteração no regime do DDN, conforme os preceitos constitucionais, que coloca pela primeira vez homens e mulheres em situação de igualdade no contexto da Defesa Nacional.

Deste modo, a partir do próximo dia 6 de Maio de 2010, data que marca o fim do período de transição (dois anos após a publicação da Lei Orgânica 1/2008) o DDN passará a ser obrigatório também para todas as cidadãs portuguesas, tornando-se assim no único instrumento institucional vocacionado para a transmissão do conhecimento sobre a Defesa Nacional e as FFAA à juventude portuguesa.

Recorde-se que o DDN se realizou pela primeira vez e a título experimental em 2003, tendo então contado com a participação de cerca de 1000 jovens. No ano seguinte, assume definitivamente o carácter obrigatório para todos os jovens legalmente abrangidos. A importância sociológica deste acto acaba mesmo por merecer referência nas actas do VI Congresso Português de Sociologia onde se refere que *«(...) com a implantação do DDN o Estado, por mediação directa do Ministério de Defesa Nacional, cria as condições para desenvolver um trabalho político de mobilização, com a cooperação interessada e empenhada das Forças Armadas e das outras instituições estatais, junto das camadas jovens.»* (CPS, 2008).

Ora, no decurso do presente trabalho de investigação é de todo fundamental perceber o impacto do DDN no universo dos jovens participantes e retirar ilações que nos façam compreender e identificar aspectos que possam contribuir para um melhor conhecimento da juventude portuguesa, face à defesa nacional e à carreira militar<sup>6</sup>. Para tal vamos recorrer aos estudos sobre o DDN publicados pela DGPRM/MDN, referentes aos ciclos 2004/05, 2005/06 e 2006/07.

A informação disponibilizada por aqueles estudos é variada e suportada em inquéritos dirigidos aos jovens que participaram nos DDN, sendo a população inquirida de grande dimensão: em 2004/05, 42.704 inquéritos; em 2005/06, 53.000; em 2006/07, 54.893. Os estudos disponíveis incidem sobre períodos anuais relativamente recentes e portanto com a garantia de que em termos sociológicos as variações não serão assinaláveis. Por isso, recorreremos aos dados referentes aos três ciclos de estudos do DDN, tendo em

---

<sup>6</sup> Neste contexto, entenda-se carreira militar como a situação dos cidadãos ao serviço das FFAA, nos quadros permanentes, em regime de contracto ou em regime de voluntariado.



conta a linha de investigação subjacente ao presente trabalho.

### a. Predisposição para o ingresso nas FFAA.

No estudo do DDN de 2004/05 os jovens foram questionados sobre a atractividade do emprego nas FFAA, sem terem em linha de conta a especificação da modalidade de prestação de serviço, Quadro Permanente (QP), Regime de Contracto (RC) e Regime de Voluntariado (RV). A Tabela n.º1 mostra uma percepção bastante positiva em termos de concordância, se considerarmos o somatório das escalas 6 e 7 (57,7%) como valor positivo e o das escalas 1 e 2 (3,4%) como valor negativo.

Tabela n.º 1: As FFAA oferecem um emprego atractivo

	Casos	%
1- Não concordo nada	710	1,7
2	714	1,7
3	1917	4,5
4	5484	13,0
5	9010	21,4
6	12677	30,0
7- Concordo muito	11685	27,7
Total	42197	100,0

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2004/05

Releva-se que o valor negativo (3,4%) poder-se-á considerar residual e que a juventude, aparentemente, ainda vê as FFAA como uma instituição atractiva do ponto de vista do emprego.

Numa outra vertente, apresentada na Tabela n.º2, referente ao estudo do DDN de 2006/07, os jovens foram inquiridos quanto à predisposição de ingresso nos RC e RV.

Tabela n.º 2: Posição dos jovens face ao ingresso RC/RV

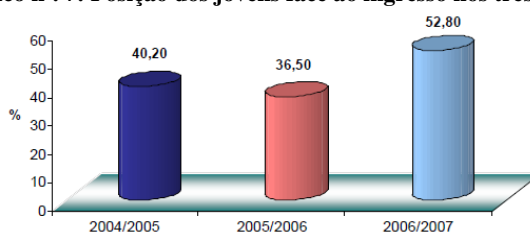
	Casos	%
Não responde	1851	3,4
Pretende ingressar	29002	52,8
Não pretende ingressar	13845	25,2
Não sabe	10195	18,6
Total	54893	100,0

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

O valor percentual dos inquiridos que responderam «*Pretende ingressar*» é substancial se tivermos em conta o universo em estudo.

Aliás, importa referir que dos três estudos já elaborados nunca a percentagem de jovens com pretensão de ingressar foi tão elevada, 52,8%, como se verifica pela leitura do Gráfico n.º 7.

Gráfico n.º 7: Posição dos jovens face ao ingresso nos três ciclos



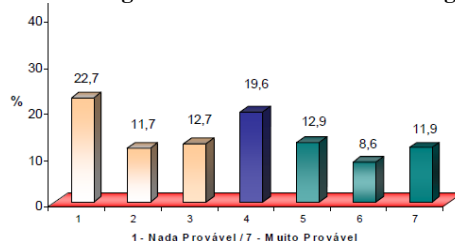
Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07



Não podemos deixar de alertar que seria imprudente associar uma tão favorável adesão dos jovens à vida militar quer à elevada taxa de desemprego quer à crise económica que Portugal atravessa presentemente. Na verdade, convém não esquecer que a crise apenas teve início em 2008. De qualquer modo, julgamos que a publicação dos estudos dos próximos ciclos do DDN, nomeadamente o de 2008/2009, poderá sem dúvida corroborar a ideia avançada e proporcionar uma melhor compreensão dos efeitos da economia e do desemprego na predisposição para os ingressos nas FFAA. Acresce que não podemos deixar de contextualizar as circunstâncias em que os jovens são inquiridos. De facto, o evento é envolto num certo simbolismo e de alguma «pressão» de *marketing* em termos de recrutamento.

Os jovens foram também questionados sobre as suas intenções de ingresso nos 12 meses seguintes à participação no DDN, cujos resultados estão espelhados no Gráfico n.º8.

Gráfico n.º 8: Ingresso no RV/C nos 12 meses seguintes

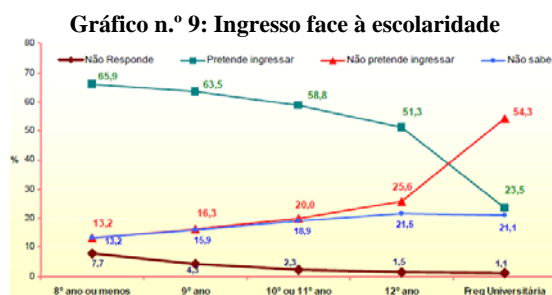


Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Como se constata, a percentagem de inquiridos com maior probabilidade de ingresso, nos 12 meses seguintes ao DDN, correspondente às posições 5, 6 e 7, perfazendo 32,3%, o que em relação ao ciclo anterior, 2005/06, 23,1%, é bastante positivo, facto que claramente vem reforçar a tendência para que apontavam os dados mencionados no gráfico anteriormente analisado, em termos de vontade de ingresso nas fileiras.

Atendendo a que em termos gerais não houve grandes alterações sociais (por ex. aumento de desemprego), poderemos admitir como hipótese que o DDN, terá vindo a adquirir e consolidar uma imagem positiva junto da juventude.

Analisada a predisposição de ingresso dos jovens e da atracção que as FFAA lhes suscitam, procura-se perceber de que forma a escolaridade influencia a predisposição para o ingresso, recorrendo-se aos dados relativos ao estudo do DDN de 2006/07 transpostos para o Gráfico n.º 9.



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07



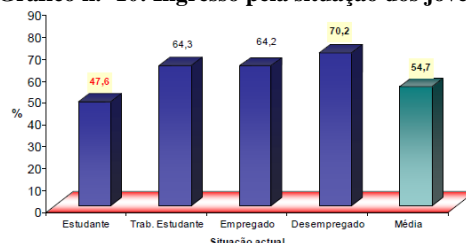
Como se observa da análise dos dados, a um aumento do grau de escolaridade corresponde uma tendência de não adesão, materializada na frase «*não pretende ingressar*», e vice-versa. Ou seja, os dados obtidos apontam para a existência de uma relação inversa no capítulo da escolaridade versus a pretensão de ingresso.

Se atendermos que no caso geral, os jovens têm 18 anos quando questionados, poderá associar-se a resposta então dada com factores relacionados com decisões já tomadas e consolidadas no âmbito do seu percurso de desenvolvimento vocacional e profissional.

Por outro lado, para os jovens com menores habilitações (8º e 9º anos), o ingresso nas FFAA poderá constituir-se como uma saída profissional interessante face às suas habilitações e ao regime de incentivos. O que parece não estar em causa, em relação à menor tendência para adesão à vida militar por parte dos jovens com maior escolaridade, é a existência de uma eventual ineficácia na comunicação do “produto militar”, como de resto se reconhece nas actas do VI Congresso Português de Sociologia, onde se refere que «*... o grupo de jovens mais escolarizados, não só tende a considerar menos as propostas de emprego apresentadas pelas Forças Armadas, mas também a apreciar de forma menos positiva o que estas representam e os eventos que promovem. Trata-se de um dado que se pode considerar incontornável em matéria de definição de estratégias de comunicação por parte das Forças Armadas, sejam elas de informação, sensibilização ou de recrutamento.*» (CPS, 2006:15).

Outro aspecto que importa avaliar prende-se com a correlação entre a situação profissional dos jovens e a sua predisposição para o ingresso nas FFAA. Há muito que esta questão tem vindo a ser discutida, nomeadamente no mundo ocidental, sem que contudo se tivesse chegado a conclusões sólidas. Na realidade, se existe quem defenda uma clara associação entre a situação de desemprego e o aumento da predisposição para o ingresso, outros argumentam que tal não parece resultar de forma evidente.

**Gráfico n.º 10: Ingresso pela situação dos jovens**



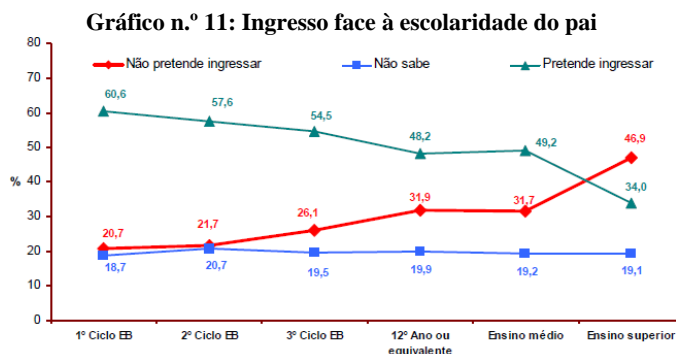
Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

De facto, como se depreende do Gráfico n.º10, o universo dos jovens na situação de desemprego (70,2%) constitui a maioria, dentro do universo que declarou a intenção de ingresso. No entanto, não existe uma diferença suficientemente explícita em relação às outras situações que nos leve a afirmar que o desemprego seja factor determinante.



Contudo, como já referido anteriormente, os resultados dos estudos do DDN correspondentes aos anos de crise económica serão fundamentais para melhor compreender esta controvérsia.

Outra questão que se torna igualmente importante avaliar neste estudo prende-se com a análise da tendência manifestada pelos inquiridos no capítulo da sua predisposição de ingresso na vida militar, tendo em conta o grau de escolaridade do pai<sup>7</sup>.



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Como se depreende da leitura do Gráfico n.º 11, à medida que a escolaridade do pai aumenta, a predisposição para o ingresso diminui. Parece-nos que de uma forma empírica, é razoável pensarmos que o contexto familiar e socioeconómico, nomeadamente as habilitações dos pais, possam ter uma influência significativa. É de resto nessa linha que converge a ideia de Luís Imaginário, quando afirma «*que os pais de níveis socioeconómicos e culturais mais elevados valorizam a autonomia dos filhos, proporcionando-lhes experiências exploratórias que vão no sentido da competitividade, independência e assertividade, dimensões importantes do sucesso profissional, enquanto os pais com níveis socioeconómicos e culturais mais baixos, onde o sucesso profissional depende da conformidade à autoridade, valorizam as atitudes de obediência na educação dos seus filhos, reduzindo as oportunidades de exploração vocacional e as expectativas de formação e sucesso profissional*» (Imaginário, apud, Faria, 2006:122).

Deste modo prevalece a ideia de que as habilitações dos pais, dentro do contexto familiar, têm impacto nas escolhas e no desenvolvimento vocacional.

Por outro lado, poderemos correlacionar este aspecto com os resultados obtidos no gráfico referente ao universo das intenções de ingresso, onde os inquiridos<sup>8</sup> com menores habilitações (8º ano ou menos) representam as maiores percentagens de uma hipotética adesão à carreira militar.

No tocante à correlação entre a predisposição para o ingresso nas FFAA e a origem geográfica dos jovens inquiridos, os dados obtidos por distrito genericamente apontam para

<sup>7</sup> Os resultados foram semelhantes em relação à escolaridade da mãe.

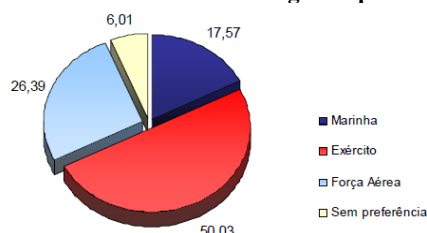
<sup>8</sup> Lembramos que os jovens têm 18 anos, ou mais, de idade.



uma atitude mais favorável nos distritos de Beja, Portalegre e Arquipélago dos Açores e menos favorável nos distritos que integram os grandes centros urbanos de Lisboa, Coimbra e Porto.

Com o intuito de procurar conhecer mais de perto a percepção das motivações, influências e factores de relevo na decisão dos jovens, iremos agora analisar a informação disponível sobre o universo dos jovens que se mostram favoráveis ao ingresso nas FFAA, no que respeita às suas preferências em termos de ramo.

Gráfico n. 12: Preferência de ingresso por Ramo



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Da leitura do Gráfico n.º12 não restam dúvidas de que os jovens se mostram maioritariamente favoráveis ao ingresso no Exército (50,03%). Curiosamente, a proporção evidenciada parece reflectir alguma similaridade com a distribuição territorial dos Ramos. De facto, o Exército tem praticamente um dispositivo com expressão geográfica a nível nacional, enquanto a Marinha se concentra basicamente na Base do Alfeite e a Força Aérea apresenta uma situação intermédia. Complementarmente, por julgarmos de interesse, analisa-se no APÊNDICE II o «Ingresso em função da escolaridade por Ramo».

Após ficarmos com uma noção geral da caracterização de vários factores que poderão influenciar a predisposição para o ingresso nas FFAA, passaremos agora à análise de um conjunto de dados que incidem nas razões que levam os jovens a optar por uma carreira militar, independentemente da forma de prestação de serviço.

Tabela n.º 3: Motivos apontados para o ingresso

Motivos de Ingresso*	2004/2007
Vocação Profissional	14
Concorrer ao QP das Forças Armadas	21,1
Prestígio Social dos Militares	15
Concorrer ao QP das Forças de Segurança	10
Incentivos Atractivos	22
Participar em Missões de Apoio à Paz	37,5
Adquirir Independência Económica e Familiar	18,5
Adquirir Formação Profissional	35,1
Concorrer ao QP da Função Pública	5,8
Características da Vida Militar	32,7
Não ter emprego	4,5
Não conseguir arranjar outro emprego	4,2

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Os factores que ressaltam à primeira vista da leitura dos dados da Tabela n.º3 são o «Não ter emprego» (4,5%) e «Não conseguir outro emprego» (4,2%). Mesmo somando as duas parcelas, a percentagem não tem impacto significativo em relação aos outros factores que, de facto, revelam outras justificações a ter em consideração. Ou seja, o desemprego apenas é indicado como motivo de ingresso nas FFAA para uma pequena minoria dos jovens inquiridos. Esta constatação parece contrariar a ideia, frequentemente publicitada,



de que os «os jovens vêm para tropa quando não há emprego». O facto é que o assunto tem vindo a ser estudado e, um pouco por todo o mundo ocidental, a resposta vai no mesmo sentido: quando decrescem as oportunidades de emprego aumentam as candidaturas. Por outro lado, não podemos deixar de salientar que o estudo do DDN em análise se refere ao ciclo 2006/2007 e que a análise dos ciclos seguintes poderá ser esclarecedora, mormente os que correspondam aos anos de mais desemprego associado à crise económica.

A participação em missões de paz, a aquisição de formação profissional e as características da vida militar são justificações com valores acima dos 30%, o que entendemos constituir um bom presságio já que vão de encontro àquilo que as FFAA, em termos institucionais, têm amplamente promovido. A percentagem correspondente ao factor «Concorrer ao QP das FFAA» (21,1%) também é bastante positiva na medida em que, tendo em conta o universo dos inquiridos, indicia que as FFAA são uma opção de carreira. Complementarmente, analisa-se no APÊNDICE II o «Motivo de ingresso por cada Ramo».

#### b. Justificação dos jovens ao «não ingresso»

Elaborada a abordagem no sentido de compreender as razões e as influências na predisposição e motivação para «o ingresso», vamos agora abordar as razões apontadas pelos jovens na justificação do «não ingresso».

Os valores registados na Tabela n.º 4 reflectem os motivos apontados pelos jovens para o «não ingresso» nos anos 2005/06 e 2006/2007. Na maior parte das parcelas, as percentagens baixaram substancialmente em 2006/2007, o que poderá estar relacionado com o aumento da predisposição para o ingresso.

Tabela n.º 4: Justificativos do não ingresso nas FFAA

Motivos de Não Ingresso*	%	
	2006/2007	2005/2004
Estar Empregado	13,7	28,4
Estar a Estudar	47,8	41,9
Não Gostar das Características da Vida Militar	23,1	40,1
Ordenado Insuficiente	5,7	20,0
Não dar Perspectivas de Carreira Profissional	4,5	14,3
Não possuir Características que Considera Necessárias para ser Militar	12,9	28,8
Ser uma Profissão Pouco Útil para o Mercado de Trabalho	3,47	14,4
Possibilidade de Ficar Longe de Casa	26,8	22,9
Outro motivo	18,6	-

\*cada item totaliza 100%

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

A situação «Estar a estudar», tal como em ciclos anteriores, é o motivo de não ingresso mais significativo. Esta razão, já referenciada, poderá relacionar-se com o facto de os jovens terem o seu projecto escolar e ainda não equacionarem uma escolha de saída profissional.

Em termos de incentivos à prestação de serviço militar, julgamos ser relevante perceber o que pensam os jovens quanto à importância que atribuem aos vários incentivos previstos na Lei.



Tabela n.º 5: Importância dos incentivos à prestação de serviço RC/RV

Percepção da importância dos incentivos*	%	
	2006/2007	2005/2004
Apoio Social durante a prestação de Serviço	18,7	24,8
Possibilidade de Acesso aos QP das Forças Armadas	28,3	34,1
Cursos de Formação Profissional	36,7	30,5
Possibilidade de Acesso aos QP das Forças de Segurança	17,9	23,0
Possibilidade de Ingresso na Função Pública	10,6	12,8
Apoio à Continuação de Estudos	51,8	53,3
Apoio para a Reinserção na Vida Civil Activa	19,3	20,2

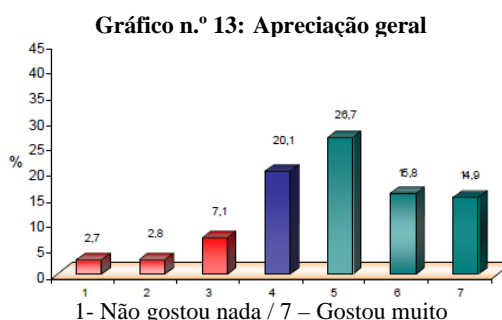
\*cada item totaliza 100%

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Os valores apresentados para 2006/2007 na Tabela n.º5 não diferem em substância dos ciclos anteriores. Salientamos que o «Apoio à Continuação de Estudos» tem o valor mais elevado (51,8%), o que poderá ser interpretado como uma forma de garantir, através de vínculo não permanente com as FFAA, não só o financiamento necessário à conclusão dos estudos mas também a sua independência financeira. Quanto às outras duas parcelas mais substantivas, adquirir formação (36,7%) e possibilidade de ingresso no QP (28,3%), pensamos que estão correlacionadas e que, de algum modo, poderão ser interpretadas como uma continuação dos estudos. Assim, parece-nos que os incentivos são percebidos pelos jovens no âmbito da valorização pessoal, em termos formativos e na estabilidade profissional e, ao mesmo tempo, traduzem-se numa instrumentalização de cariz «simbiótica» entre os jovens e as FFAA (Os jovens estudam e as FFAA recrutam).

### c. A apreciação do DDN

Sendo o DDN um contributo fundamental para a formação cívica dos jovens e, ao mesmo tempo, para dar a conhecer as FFAA e as suas missões, assume particular realce abordar a apreciação que os jovens fazem dele (Gráfico n.º13).



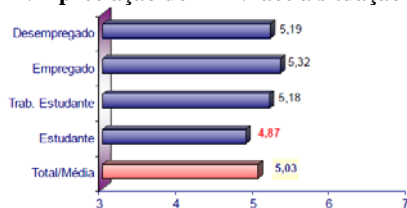
Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Em termos genéricos, podemos dizer que a esmagadora maioria dos inquiridos deu conta de uma apreciação bastante positiva quanto ao DDN, sentimento que de resto apresenta uma tendência idêntica nos anos anteriores.

O Gráfico n.º14 dá-nos a percepção de que o grau de apreciação positiva diminuiu nos jovens estudantes. Embora a apreciação das várias situações profissionais sejam positivas, superiores a quatro, ressalta que são os jovens empregados que transmitem o valor mais elevado.



**Gráfico n.º 14: Apreciação do DDN face à situação profissional**

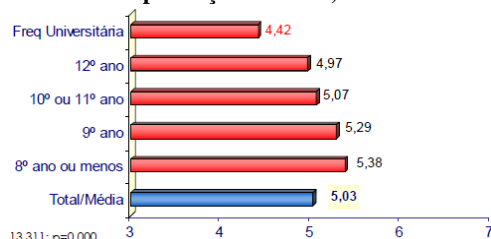


1 – Não gostou nada / 7 Gostou muito

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Na análise do Gráfico n.º15 sobressai também que os jovens com frequência universitária são os que apreciam o DDN de uma forma menos positiva.

**Gráfico n.º 15: Apreciação do DDN, face à escolaridade**



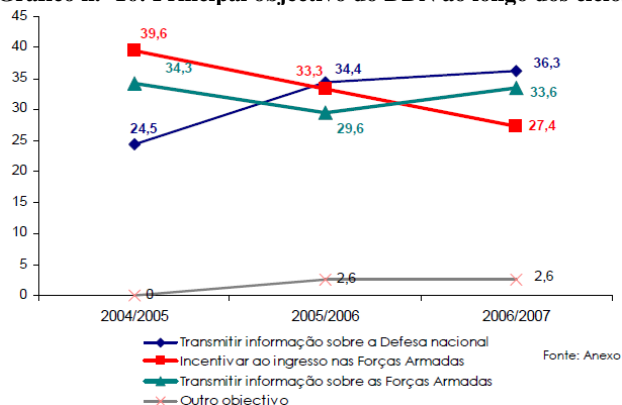
1 – Não gostou nada / 7 – Gostou muito

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Esta tem sido a tônica quando relacionamos os assuntos de Defesa com as habilitações académicas. Do mesmo modo, à medida que diminui a escolaridade a apreciação tem sido mais positiva nos vários domínios. Em relação aos ciclos do DDN anteriores, os valores não diferem muito mantendo-se a mesma lógica – menor escolaridade, maior apreciação e valorização. Esta constatação poderá ter fundamento em factores socioeconómicos que poderão estar relacionados com questões de expectativas salariais e de mobilidade social.

O Gráfico n.º16 dá-nos a percepção dos jovens quanto aos objectivos do DDN nos três ciclos. No primeiro ciclo (2004/05), o maior valor 39,6%, corresponde ao «incentivar ao ingresso nas FFAA».

**Gráfico n.º 16: Principal objectivo do DDN ao longo dos ciclos**



Fonte: Anexo

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

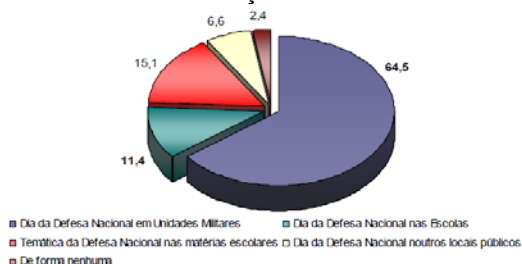
Este valor tem vindo a diminuir e em 2006/07 situa-se nos 27,4%, o que poderá significar que, dentro das acções levadas a cabo pela DGPRM, responsável primária pelo planeamento e organização do DDN, este evento está a ter um cariz mais educativo do que de acção de recrutamento.



Os jovens foram inquiridos sobre a importância da existência do DDN e também das possibilidades de o realizar noutra tipo de locais ou de contexto. Como se verifica no Gráfico n.º17, 64% concordam com a modalidade actual, isto é, a realização do DDN nas unidades militares, 15,1% consideram que os assuntos de Defesa Nacional deveriam ser tratados no âmbito escolar, 11,4% consideram que a realização do evento deveria ser nas escolas, 6,6% são favoráveis à realização noutros locais públicos e apenas 2,4% são contra a realização do evento.

Estes resultados levam-nos a acreditar que o DDN tem vindo a alcançar sucesso no seio da juventude e que as modalidades de acção têm sido adequadas.

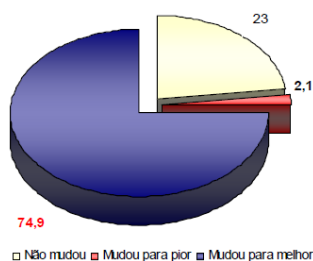
Gráfico n.º17: Formas de sensibilização sobre a temática da Defesa Nacional



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Como se depreende do Gráfico n.º18, 74,9% dos jovens mudaram a sua opinião sobre as FFAA para melhor, o que consideramos um valor bastante expressivo e reforça a ideia de «sucesso» do DDN *per si*, no que respeita à sensibilização dos jovens para a temática da Defesa Nacional e na divulgação do papel das FFAA. No sentido «neutro», 23% não mudaram de opinião e no sentido negativo apenas 2,1%, mudaram para pior.

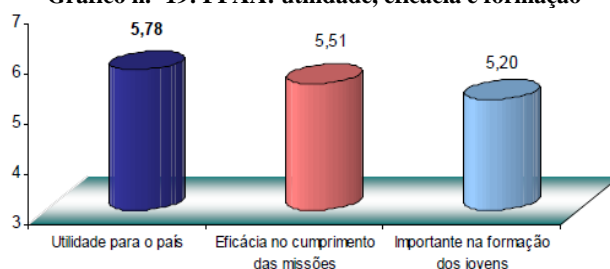
Gráfico n.º 18: Opinião sobre as FFAA após participação no DDN



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Por último, o Gráfico n.º19 dá-nos uma apreciação dos jovens sobre a utilidade das FFAA, a eficácia no cumprimento das suas missões e a sua importância na formação dos jovens.

Gráfico n.º 19: FFAA: utilidade, eficácia e formação



Escala de graduação crescente de 1 a 7 valores

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07



Se atendermos à escala utilizada, os valores são bastante positivos, nomeadamente no que se refere à utilidade para o país (5,78). Embora admitamos que os jovens tenham pouco conhecimento sobre as FFAA e o DDN seja um evento efémero, envolvido em algum simbolismo e *marketing*, é nosso entendimento que, de algum modo, continuam com a percepção da importância das FFAA. Esta percepção poderá também ser fruto de uma construção imaginária fundada em filmes, jogos ou «histórias» dos mais velhos do tempo do «ir à tropa».

#### **d. Síntese Conclusiva**

O DDN tornou-se o único instrumento institucional vocacionado para a transmissão do conhecimento sobre a Defesa Nacional e as FFAA. Realizou-se pela primeira vez, a título experimental, em 2003 com cerca de 1000 jovens e a partir de 2004 passou a ser obrigatório para todos os jovens legalmente abrangidos.

Em 2009, através de uma alteração legislativa ao RLSM, o regime do DDN veio ao encontro dos preceitos constitucionais, colocando os homens e mulheres em igualdade, no contexto da Defesa Nacional. Assim, a partir de Maio de 2010, o DDN passará a ser obrigatório também para todas as cidadãs portuguesas.

No que se refere à predisposição para o «*ingresso*» nas FFAA, quando inquiridos sobre as razões de tal escolha, os jovens invocaram a participação em missões de paz, a formação profissional e as características da vida militar, como os factores que mais os parecem entusiasmar. No nosso entendimento, em relação às razões apontadas, prevalece uma percepção bastante positiva nos domínios relacionados com a missão, a valorização formativa das FFAA e as características da vida militar. Acresce que, no universo dos inquiridos, 52,8% responderam que pretendem ingressar nas FFAA. Embora seja uma intenção, é um indicador bastante positivo. Por outro lado, os factores mais apontados para o «*não ingresso*» foram: estar a estudar, não gostar da vida militar e ficar longe de casa.

Constatamos que na análise de todos os gráficos em que a escolaridade é o referencial, os jovens com frequência no ensino superior tendem a apreciar de uma forma menos positiva as questões que se relacionam com a Defesa Nacional e as FFAA. Do mesmo modo, a atracção que os Ramos exercem sobre os jovens é diferenciada e influenciada pela escolaridade. Constata-se que o Exército surge como o ramo que recolhe a maior «fatia» de interessados até ao 12º ano de escolaridade. A Marinha mantém basicamente parâmetros estáveis independentemente das habilitações dos jovens. No que respeita à Força Aérea verifica-se que à medida que aumenta a escolaridade cresce o número de preferências, sendo mesmo o ramo mais atractivo para os jovens com frequência universitária.



O DDN tem uma apreciação bastante positiva por parte dos jovens, contribuindo para uma melhor opinião destes sobre as FFAA e a Defesa Nacional. Em termos gerais apenas 12,6% dos inquiridos tinham uma opinião negativa deste evento.

No que respeita às formas de sensibilização sobre a temática da Defesa Nacional, as opções tomadas pelo DGPRM/MDN parecem adequadas face às respostas dos inquiridos sobre esta questão.

No que respeita à utilidade das FFAA, à eficácia no cumprimento das suas missões e à sua importância na formação dos jovens, as respostas obtidas são bastante positivas (valores superiores a 5, numa escala de 1 a 7), conforme se verifica no Gráfico n.º19.

Face ao exposto, considera-se validada a H2, o que permite responder à QD2.

#### **4. Os Recursos Humanos e as Missões**

Os recursos humanos são uma das preocupações prioritárias das FFAA, já que sem os adequados efectivos, em quantidade e qualidade, o cumprimento da Missão poderá, no limite, ser posto em causa. Por isso, é determinante uma estratégia global que inclua recrutamento, formação e motivação no desempenho, que promova o prestígio e reconhecimento de quem serve as FFAA.

As mudanças verificadas no ambiente internacional têm provocado reformas e alterações nas missões e emprego das FFAA, tornando-as mais versáteis e mais eficazes, aspectos cuja satisfação tem vindo a traduzir-se em exigências cada vez maiores na área dos recursos humanos. Esta tendência de mudança repercute-se nas qualificações e motivação de todos quantos servem as FFAA.

No plano tecnológico a sofisticação dos sistemas de armas empregues pelas FFAA tem aumentado progressivamente, o que exige que sejam operados por pessoal cada vez mais qualificado, o que por sua vez requer períodos de formação cada vez mais extensos.

Quanto à definição dos efectivos indispensáveis ao cumprimento das missões atribuídas às FFAA, esta encontra-se regulada por um conjunto de diplomas legais que estabelecem os quantitativos globais, consoante a forma de prestação de serviço militar, com o objectivo da satisfação quer das necessidades próprias de cada ramo quer das necessidades no desempenho de funções fora do ramo.

A obtenção de efectivos é condicionada por vários factores, de entre os quais há a destacar a demografia, a imagem das FFAA na sociedade, particularmente na juventude, a situação económica do país em geral e o desemprego em particular. Neste último aspecto salienta-se que em vários estudos o factor desemprego é visto como pouco determinante na capacidade de recrutamento das FFAA. Embora admitamos que os inquiridos apontem



nesse sentido, facto é que, na Força Aérea, a última incorporação de 2008 atingiu um número de recrutas que já não se verificava há onze anos e, em 2009, aquele número voltou a ser ultrapassado. Empiricamente somos levados a crer que tal aumento poderá estar relacionado com a taxa de desemprego, fruto da crise económica que Portugal atravessa. Julgamos que nesta temática, quando conhecidos os estudos do DDN, correspondentes aos anos de crise económica, a análise dos resultados poderá contribuir para uma percepção mais apurada e esclarecedora.

Não havendo tempo nem espaço para abordarmos todos os aspectos que condicionam a obtenção de recursos humanos, na alínea seguinte vamos analisar dois dos factores que consideramos que já têm impacto significativo na sociedade em geral e, que no futuro próximo, terão um impacto ainda maior – a demografia e o mercado de trabalho.

#### **a. A demografia e o mercado de trabalho**

A população portuguesa sofreu profundas alterações em termos demográficos ao longo das últimas décadas, que se repercutiram nos mais variados domínios e sectores.

Tal como acontece na maioria dos países europeus, a evolução demográfica tem vindo a sofrer uma tendência no sentido do abrandamento do crescimento total da população e do envelhecimento da mesma. Segundo os dados publicados em 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes a 31 de Dezembro de 2008, a população residente em Portugal foi estimada em 10.627.250 indivíduos. A diminuição do saldo migratório associado a um saldo natural reduzido explica o novo abrandamento do ritmo de crescimento da população. Neste contexto, verificou-se em 2008 uma Taxa de Crescimento Efectivo de 0,09% para a qual contribuíram uma taxa de crescimento migratório de 0,09% e, por consequência, uma Taxa de Crescimento Natural próxima de zero. Ao mesmo tempo, a população residente em Portugal tem vindo a denotar um continuado envelhecimento demográfico, como resultado do declínio da fecundidade e do aumento da longevidade. Em 2008, o índice de envelhecimento atingiu 115 idosos por cada 100 jovens e o Índice Sintético de Fecundidade foi de 1,37 crianças por mulher.

A título de exemplo, e para melhor percepção da dinâmica demográfica, entre 2003 e 2008, a proporção de jovens (com menos de 15 anos de idade) reduziu-se de 15,7% para 15,3% e, no mesmo período, a população de idosos (65 e mais anos de idade), aumentou de 16,8% para 17,6%.

As projecções para o futuro também não são auspiciosas. O Gráfico n.º20, no Anexo A, faz uma projecção da caracterização da população portuguesa até 2060. Observa-se que a tendência vai ser, *grosso modo*, o aumento da população residente até



2034. A partir daquela data, ano em que se atingirá o valor de 10.898.700 indivíduos, assistir-se-á a um decréscimo progressivo da população, projectando-se para 2060 o número de 10.364.200 habitantes. A percentagem de jovens diminuirá dos actuais 15,3% para 11,9% e a percentagem de idosos passará dos actuais 17,6% para 32,3%, o que significa que a população em idade activa sofrerá uma redução de 67,1% para 55,7%.

A redução da percentagem de jovens e o aumento da percentagem de idosos levará ao envelhecimento demográfico, o qual, em 2060, poderá atingir um valor de 271 idosos para cada 100 jovens, isto é, mais 164 do que em 2008.

O Gráfico n.º 21, no Anexo A, representa um registo passado do número de nados vivos desde 1900 a 2008, dando conta de uma clara tendência de diminuição do número de jovens a partir da primeira metade da década de 60 do século XX. Com efeito, entre 1962 e 2008 o decréscimo de nados vivos foi de cerca de 50%, tendo passado de cerca de 215.000 para 104.600.

Estes números não deixam margem para dúvidas e naturalmente fazem recair no plano político a necessidade de desenvolver estratégias que possibilitem, tão depressa quanto possível, a inversão da situação demográfica que se vive em Portugal. Com efeito, importa não esquecer que o desenvolvimento nacional assenta, também, numa equilibrada taxa de renovação da população, que abrange todos os domínios e, em particular, no que à Instituição Militar diz respeito.

Ora, uma diminuição tão acentuada no número de jovens como aquela que se tem vindo a registar acabará por colocar às FFAA dificuldades acrescidas na obtenção do número de efectivos adequados às suas necessidades de manutenção de uma estrutura armada operacionalmente credível.

Para se ter uma ideia da diminuição do potencial de jovens disponíveis para servirem nas FFAA, basta recuarmos até 1980. Na altura, os jovens com 20 anos de idade correspondiam aos nascidos em 1960, que ascenderam a mais de 215.000; em 2010 o potencial corresponde aos nascidos em 1990, cerca de 110.000 jovens, que significa, *grosso modo*, metade do quantitativo.

Destaca-se, assim, que para além da «crise vocacional», eventualmente relacionada com as transformações da sociedade ou a inadaptação da Instituição Militar às novas realidades, a demografia é, e será, determinante na definição do potencial disponível (oferta *versus* procura) em matéria de recursos humanos e deverá ser equacionada em termos prospectivos no planeamento e estratégias a adoptar, já que a manter-se a actual tendência demográfica portuguesa, perspectiva-se um futuro próximo extremamente difícil, que o Jornal Expresso, na sua última edição de 2009, relatava de forma bem expressiva:



*«O país vive um Inverno demográfico, com os nascimentos em 2009 a descerem para perto dos 100 mil. A taxa de natalidade é já incapaz de repor as gerações. A partida de imigrantes, que têm mantido o saldo positivo, faz prever um 2010 ainda pior.»<sup>9</sup>*

Um dos aspectos que atenuou o défice demográfico em Portugal foi a chegada de imigrantes, tendo, nos últimos anos, não só provocado um incremento considerável da população activa, mas também contribuído para manter, mais ou menos constante, o número da população residente em Portugal.

A Tabela n.º 6, no Anexo B, mostra-nos a evolução da população estrangeira desde 2002 até 2008. Como se depreende dos valores nela constantes, em seis anos (2002-2008) o número de estrangeiros residentes em território nacional quase duplicou, atingindo os 436.020.

Contudo, num futuro próximo, a confirmarem-se as actuais projecções, a situação será gravosa e irá exigir novas soluções, podendo inclusive levar as FFAA à necessidade de recorrerem ao recrutamento de não nacionais, o que, apesar de tudo, não seria inédito, uma vez que, por exemplo, 9% dos efectivos das Forças Armadas espanholas são não nacionais.

Como quer que seja, o potencial nacional de recrutamento atingirá, previsivelmente, um patamar em que a obtenção dos recursos humanos necessários às FFAA constituirá, sem dúvida, um desafio que exigirá opções «inovadoras», as quais deverão seguramente assentar numa maior interacção com a sociedade em geral, devendo, por tal facto, ser matéria de ampla reflexão e profunda avaliação. Porém, qualquer que seja a solução ela não poderá deixar de ser alicerçada nos valores e princípios identitários das FFAA, nomeadamente, no que diz respeito à identidade nacional.

Contudo, não podemos também deixar de correlacionar a questão demográfica com outros factores que afectam a obtenção de recursos humanos, de entre os quais se destaca, como já referido anteriormente, a desconstitucionalização do SMO. De facto, com a rendição à total profissionalização, as FFAA tiveram que adaptar-se a uma outra realidade: em vez de receberem os mancebos, fruto de uma obrigatoriedade, elas agora têm que «competir» e procurar no mercado de trabalho os recursos humanos necessários ao cumprimento da sua Missão. A este propósito considera Chiavenato *«que as pessoas e as organizações convivem em um interminável processo dialéctico. Da mesma forma como os indivíduos atraem e seleccionam as organizações, informando-se e formando opiniões a respeito delas, as organizações procuram atrair indivíduos e obter informações a respeito deles para decidir sobre o interesse de admiti-los ou não.»* (Chiavenato, 2009:154).

<sup>9</sup> In: Jornal Expresso, 31 Dezembro 2009. Primeiro Caderno, pág. 20.



No entanto, ao transpormos o pensamento de Chiavenato para a realidade das FFAA, teremos que realçar aspectos não compagináveis com o raciocínio empresarial, e que decorrem de uma lógica de carácter institucional que ainda se admite estar presente nas FFAA. Referimo-nos, em particular, a um certo «tipo de vida» que apela mais a valores de natureza abstracta, de que são exemplo o espírito de sacrifício, o sentido de dever centrado no cumprimento da missão, a sujeição a privações, a diminuição de direitos cívicos e um código legal exclusivo e restrito.

Contudo, factores como a profissionalização da estrutura armada da Nação, a consolidação da democracia e a crescente rendição da sociedade a uma certa lógica de mercado, têm vindo a subverter o tradicional carácter marcadamente institucional das FFAA ao mesmo tempo que vai favorecendo o surgimento de um posicionamento mais organizacional, como, de resto, nos lembra Vaz, ao salientar que *«é preciso, de facto, ter plena consciência de que a tradicional percepção do serviço militar como uma vocação de serviço à Nação, apoiada num conjunto de valores aceites por toda a comunidade, está a ser substituída por uma apreciação que vê no serviço militar uma ocupação igual a tantas outras no mercado de trabalho.»* (Vaz, 2002:27).

Esta nova realidade em que estão imersas as FFAA veio claramente dificultar a obtenção de recursos humanos – condicionada pelas flutuações no mercado de trabalho, consequência da oferta e da procura, onde empresas, administração pública, escolas profissionais, universidades e forças de segurança procuram, muitas vezes «desesperadamente», angariar os efectivos necessários à sua sobrevivência.

Neste sentido, e não obstante o facto de as FFAA – tendo em conta a evidência empírica, nomeadamente os questionários realizados no âmbito do DDN – parecerem idear uma imagem de atractividade não só junto da opinião pública em geral, mas especialmente no domínio do universo jovem, é determinante projectar umas FFAA como oportunidade profissional especial e não como alternativa ao desemprego.

Tal objectivo passa por duas vertentes que nos parecem essenciais: a primeira, a criação de uma mais-valia formativa que promova empregabilidade, após a passagem pelas fileiras; a segunda, que a vivência nas fileiras corresponda a um grau de satisfação e atractividade que se materialize na retenção dos elementos que na sua formação e qualificação «consumiram» mais recursos e tempo e, simultaneamente, promova uma imagem exterior das FFAA de mais-valia profissional e de serviço em prol da comunidade. Contudo, as dificuldades vividas no recrutamento parecem indiciar uma centralidade na captação de candidatos com base numa postura de *marketing* assente numa lógica de mercado tipicamente ocupacional. Tal postura não pode deixar de ser vista com algumas



reservas, atendendo que seria desejável equacionar um equilíbrio entre o *marketing* ocupacional e o institucional, pela especificidade muito própria da carreira militar, como muito bem enfatiza Neves ao referir que «*recrutar um exército na base do voluntariado não se cinge meramente aos esforços do Estado e da instituição militar, nem também à competição com ofertas do mercado de trabalho. Tem a ver com aquilo que implica ser militar, que vai muito além de uma actividade laboral e que requer uma vocação, uma disponibilidade e uma apetência que podem não ser fáceis de encontrar.*» (Neves, 2005).

Face a esta situação, é fundamental perceber que, independentemente da «crise vocacional» da juventude portuguesa, que não é exclusiva da carreira militar, existem, e complexificar-se-ão no futuro, factores demográficos e de competição no mercado de trabalho que contribuem para dificultar, em muito, a obtenção dos recursos humanos essenciais ao cumprimento das missões de que as FFAA exclusivamente se ocupam.

#### **b. Os recursos humanos**

Os recursos humanos são o principal capital de qualquer organização, seja ela pública ou privada, não podendo deixar de o ser também para as FFAA. De facto, a componente humana de qualquer organização é, indubitavelmente, o seu activo mais importante, já que o seu sucesso está directamente dependente da sua capacidade e da sua competência. É justamente essa a dimensão que Caetano e Vala lhe atribuem quando sublinham «*o papel fundamental dos recursos humanos na construção da competitividade e da qualidade que as organizações se propõem alcançar, para garantirem a sua sobrevivência e desenvolvimento no actual contexto sócio-económico.*» (Caetano e Vala, 2000:vii). Mas se é verdade que as organizações nada são sem as pessoas, é igualmente correcto afirmar que as pessoas necessitam das organizações para viver, dado o espaço de realização e de socialização que proporcionam.

Como não poderia deixar de ser, também no caso das FFAA a obtenção dos recursos é algo que lhes é absolutamente central na medida em que neles assenta o garante da sua permanente continuidade. Questão essencial que Chiavenato enfatiza numa frase lapidar: «*As organizações não funcionam sem pessoas e as pessoas não vivem sem as organizações.*» (Chiavenato, 2009).

Não existem regras ou princípios universais para a gestão dos recursos humanos. Vários factores contribuem para a tornar contingencial: o ambiente organizacional, as políticas de pessoal, os aspectos económicos e financeiros e, sobretudo, os efectivos disponíveis em quantidade e qualidade. À medida que se produzem alterações nos factores enunciados, muda a organização e a forma de gestão. Por isso, a gestão de recursos deve



desenvolver técnicas flexíveis de modo a alcançar a eficácia e a eficiência através das pessoas (Chiavenato, 2009:118-120).

No aspecto da flexibilidade não podemos deixar de referir que, em termos de obtenção de recursos humanos, as FFAA oferecem à juventude dois «produtos» que são extremos. O QP que significa um «contrato para toda a vida» ou o serviço efectivo em regime de contrato com a duração mínima de dois anos e a máxima de seis anos. Pensamos que falta um «produto» intermédio que proporcione aos jovens outras opções.

A LSM no n.º 3 do artigo 28.º, prevê que *«Podem ser criados, por decreto-lei, regimes de contrato com a duração máxima até 20 anos para situações funcionais cujo grau de formação e treino, tipo de habilitações académicas e exigências técnicas tornem desejável uma garantia de prestação de serviço mais prolongada.»*. O certo é que há mais de dez anos que esta modalidade de contrato, normalmente designada por *«Regime de Contrato de Longa Duração»* ou *«Regime de Contrato Especial»*, tem sido discutida e, por vicissitudes várias, não tem sido operacionalizada.

Esta opção iria otimizar recursos tendo em conta que, conforme já referimos, as FFAA operam, cada vez mais, sistemas de armas e equipamentos que requerem pessoal mais qualificado e com formação mais exigente e prolongada. Por outro lado, também diversificaria a oferta, potenciando assim o recrutamento, o que contribuiria igualmente para a optimização dos recursos humanos disponíveis no mercado.

A obtenção dos recursos humanos tem como referência fundamental a definição dos efectivos necessários para o cumprimento das missões atribuídas e o adequado desenvolvimento das carreiras. Os quantitativos máximos autorizados estão definidos em diplomas próprios. No que respeita aos militares que integram os Quadros Permanentes, na situação de activo, estão definidos no Decreto-Lei n.º261/2009, de 28 de Setembro e, no caso do pessoal dos regimes de contrato e voluntariado, os quantitativos máximos para 2009 e 2010, na Marinha, Exército e Força Aérea, estão definidos no Decreto Regulamentar n.º12/2009, de 17 de Junho.

No sentido de percepcionarmos os efectivos máximos globais autorizados, apresentamos a Tabela nº 8, no Anexo B, onde constam, em síntese, os quantitativos totais e parciais do QP e RC/RV. Estes efectivos correspondem aos números necessários para funcionamento dos Ramos, quer isto dizer, que não estão aí incluídos os militares em formação e os que prestam serviço fora dos respectivos Ramos. Salientamos que os quantitativos máximos previstos no DL 261/2009, segundo o seu Artigo 2.º, serão atingidos em 1 de Janeiro de 2013.



### **c. O impacto nas missões atribuídas**

No âmbito desta temática vamos começar por analisar a situação dos Ramos em termos de efectivos disponíveis face às suas necessidades planeadas. No sentido de se procurar obter os dados reais sobre esta matéria procedeu-se ao contacto formal e directo, através de missiva, com os «Directores de Pessoal» dos três Ramos. Nesse documento foi remetida uma tabela (Tabelas nº 9 - Marinha, 10 - Exército e 11 - Força Aérea / Anexo B), para preenchimento de acordo com as disponibilidades e necessidades planeadas, contendo o Tema do presente trabalho e um pequeno texto sobre o qual se solicitava a elaboração de comentários, que, na nossa percepção, poderiam suscitar observações esclarecedoras sobre a situação em termos de efectivos dos Ramos e o eventual impacto nas missões atribuídas.

O texto enviado aos três Ramos foi o seguinte: *«Os efectivos são suficientes para o cumprimento cabal das suas Missões. No entanto, o défice existente poderá ter algum impacto ao nível da sustentabilidade, na rotatividade das Forças Nacionais Destacadas (FND)»*.

A elaboração do texto teve como referência duas dimensões: a primeira, com o propósito de uma avaliação global, corresponde ao período inicial do texto e a segunda, sobre as FND, dado o seu carácter por vezes inopinado.

Com base nas respostas obtidas, conclui-se que a Marinha revela, com base na Tabela n.º 9, um défice global de aproximadamente 6%.

A resposta obtida ao texto enviado foi a seguinte: *«O défice apresentado reflecte-se nos organismos/estruturas de apoio às forças e unidades operacionais da Marinha e nunca nestas. Deste modo, a sustentabilidade das Forças Nacionais Destacadas nunca será posta em causa.»*.

Em relação ao Exército, em termos de efectivos (Tabela n.º 10), apuramos um défice de 24%. No que se refere ao texto enviado a resposta foi a seguinte: *«O défice tem impacto no funcionamento normal do Exército, causando algumas dificuldades ao nível da sustentabilidade da estrutura territorial, no entanto não põe em causa o cabal cumprimento das missões nem os compromissos exteriores do Exército.»*.

No que respeita à Força Aérea, apuramos um défice global de cerca de 18% (Tabela n.º 11). A resposta obtida ao texto enviado foi a seguinte: *«Os efectivos da Força Aérea são globalmente suficientes para o cumprimento das suas Missões. No entanto, o défice existente em relação a Pilotos e Pessoal de Operações e Manutenção, nos postos de Major, Capitão e Primeiro-Sargento, poderá ter algum impacto ao nível da sustentabilidade, nomeadamente na rotatividade das FND.»*

Como se depreende das respostas recebidas, o impacto dos défices efectivos nos



Ramos é relativamente semelhante, identificando-se bolsas específicas e críticas em áreas bem determinadas. É o caso da Força Aérea cujo défice de Pilotos e de Pessoal de Operações e Manutenção, é passível de ter reflexos negativos no âmbito da sustentabilidade, designadamente, na rotatividade das FND. Esta situação tem sido mais crítica a nível de pilotos pois, as saídas para a vida civil, em particular nas duas últimas décadas, têm sido em número elevado, provocando graves constrangimentos.

A este propósito, refere o General CEMFA, no Memorando N.º. 1/08, EFECTIVOS DE OFICIAIS PILOTOS AVIADORES, de 24 de Janeiro, enviado a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, que *«Estes factos determinam restrições na regeneração, na operação, dificuldades acrescidas no cumprimento da Missão, impondo aos que ficam nas fileiras, empenhamentos penosos e desproporcionados, que implicam sacrifícios pessoais e familiares, com consequências muito negativas na motivação, no moral e na atractividade da carreira que prosseguem.»*.

Como se depreende, embora a situação tenha atingido patamares críticos, a Força Aérea nunca deixou de cumprir a sua Missão. Por isso, o entendimento é que o impacto do défice de efectivos, quando atinge tais proporções, seja na Força Aérea, na Marinha ou no Exército, acaba por remeter para a situação expressa nas citações supras.

Nesta linha, considera-se que a Missão poderá não se cumprir por outras razões, mas dificilmente por razões de falta pessoal, atendendo a que os défices não atingem valores de ruptura e os militares das FFAA sempre se pautaram por uma postura «voluntária» e de sacrifício, quando necessário. Aliás, a exigência deste comportamento está preceituada em vários normativos, mormente, nas alíneas *b)* e *f)* do Art. 2.º, da Lei n.º 11/89, de 1 de Junho, bases gerais do estatuto da condição militar, que passamos a transcrever, *«b) Pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida;... f) Pela permanente disponibilidade para o serviço ainda que com sacrifício dos interesses pessoais»*.

Assim, face ao que antecede e ao que nos é dado a conhecer, a falta de efectivos, independentemente das razões para tal têm, presentemente, um impacto que não põe em causa o cabal cumprimento das missões atribuídas às FFAA. No entanto, face ao défice de pessoal, existem algumas dificuldades ou constrangimentos, ao nível da sustentabilidade, que são mais expressivos na Força Aérea, uma vez que se concentram em áreas funcionais específicas e críticas em termos operacionais.

#### **d. Síntese conclusiva**

Os recursos humanos são uma das preocupações prioritárias das FFAA, já que sem



os efectivos adequados, em quantidade e qualidade, o cumprimento da Missão poderá, no limite, ser colocado em causa. Por isso, é determinante uma estratégia global que inclua recrutamento, formação e motivação no desempenho, que promova o prestígio, o bem-estar e o reconhecimento de quem serve as FFAA.

A população portuguesa sofreu profundas alterações em termos demográficos ao longo das últimas décadas, que se repercutiram nos mais variados domínios da nossa vida colectiva. Tal como acontece na maioria dos países europeus, a evolução demográfica tem tido uma dinâmica de abrandamento do crescimento total da população e de envelhecimento da mesma.

No futuro próximo, a confirmarem-se as projecções demográficas, a situação será gravosa e vai exigir novas soluções, podendo eventualmente levar as FFAA a recorrer ao recrutamento de não nacionais, o que deverá ser matéria de profunda reflexão na sociedade portuguesa face aos preceitos constitucionais.

No sentido de minimizar o impacto demográfico e outros, é determinante projectar as FFAA como oportunidade profissional especial e não como alternativa ao desemprego. Tal objectivo passa por duas vertentes que nos parecem essenciais: a primeira, a criação de uma mais valia formativa que promova empregabilidade, após a passagem pelas fileiras e, a segunda, que a vivência nas fileiras corresponda a um grau de satisfação e atractividade que se materialize na retenção dos elementos que na sua formação e qualificação «consumiram» mais recursos e tempo e, simultaneamente, promova uma imagem exterior das FFAA de mais valia profissional e de serviço em prol da comunidade.

Outro aspecto que se assume como não displicente centra-se na flexibilidade, perspectiva que não podemos deixar de referir. Com efeito, em termos de obtenção de recursos humanos as FFAA oferecem à juventude dois «produtos» que são extremos. O QP que significa um «contrato para toda a vida» e o serviço efectivo em regime de contrato com a duração mínima de dois anos e a máxima de seis anos. No nosso entendimento, falta um «produto» intermédio que proporcione aos jovens outras opções de contrato previstas na Lei.

No que se refere ao impacto do défice de efectivos, independentemente das razões para tal, a sua dimensão não põe em causa o cabal cumprimento das atribuídas missões às FFAA. Todavia, o presente défice origina algumas dificuldades ou constrangimentos, ao nível da sustentabilidade, que são mais expressivos na Força Aérea, uma vez que se concentram em áreas funcionais específicas e críticas em termos operacionais.

Face ao exposto, considera-se validada a H3, o que permite responder à QD3.



## **5. Conclusões e Recomendações**

Na elaboração do presente trabalho de investigação procurámos, numa primeira vertente, analisar os factores relevantes para a juventude portuguesa relacionados com a sua percepção, conhecimento e informação sobre as FFAA e, ao mesmo tempo, correlacioná-los com o seu desenvolvimento vocacional. Numa segunda e última vertente, focámo-nos nos recursos humanos, nas necessidades e na disponibilidade de efectivos das FFAA e respectivo impacto nas missões, numa perspectiva que ultrapassa o desenvolvimento vocacional, dando ênfase à demografia e ao mercado de trabalho.

Em resultado da investigação efectuada e tendo como referência as QD e a validação das respectivas H, apresentam-se seguidamente as principais conclusões e linhas de acção em resposta à QC:

- O conhecimento dos portugueses em geral e da juventude em particular, sobre a Defesa Nacional e as FFAA é, em muitos aspectos, insuficiente;

- Sendo cada vez mais a Escola um factor essencial para o desenvolvimento da cidadania e das competências para toda a vida, verifica-se que as matérias relacionadas com a Defesa Nacional e as FFAA não constam nos manuais de formação cívica adoptados nas escolas;

***Linha de acção:*** *Alteração do Despacho n.º 19308/2008, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, no sentido de incluir no seu Parágrafo 10 a temática da Defesa Nacional e das FFAA. Deste modo, o tema ficaria incluído na área de projecto e em formação cívica do ensino básico e secundário. Concomitantemente, a DGPRM/MDN, em coordenação com os Ramos, poderia criar um ou mais prémios a atribuir aos melhores trabalhos escolares da área de projecto sobre a Defesa Nacional e as FFAA.*

- Os jovens com maior escolaridade (frequência do ensino superior) tendem a apreciar de uma forma menos positiva as questões que se relacionam com a Defesa Nacional e as FFAA;

- O DDN tem uma apreciação bastante positiva por parte dos jovens, contribuindo para uma melhor opinião destes sobre as FFAA e a Defesa Nacional;

- No que respeita à utilidade das FFAA, à eficácia no cumprimento das suas missões e à sua importância na formação dos jovens, as respostas recebidas vêm ao encontro dos resultados já obtidos noutros inquéritos - as FFAA gozam de prestígio;

- No futuro próximo, a confirmarem-se as projecções demográficas, o universo de recrutamento será drasticamente menor, o que vai exigir novas soluções e, eventualmente, levar as FFAA a recorrer ao recrutamento de não nacionais;

***Linha de Acção:*** *A DGPRM/MDN deverá promover uma reflexão profunda e atempada na*



*sociedade portuguesa, tendo por matriz os preceitos constitucionais e a dimensão identitária portuguesa.*

- No sentido de minimizar o impacto demográfico e outros, é determinante projectar umas FFAA como oportunidade profissional especial e não como alternativa ao desemprego;

***Linha de Acção:*** *Tal objectivo passa por duas vertentes que nos parecem essenciais: a primeira, a criação de uma mais valia formativa que promova empregabilidade, após a passagem pelas FFAA e, a segunda, a adopção de medidas, por parte dos Ramos, que levem a que a vivência nas fileiras corresponda a um grau de satisfação e atractividade que promova a retenção e uma boa imagem exterior das FFAA.*

- As FFAA oferecem à juventude dois «produtos» que são extremos, a saber, o QP que significa um «contrato para toda a vida» ou o serviço efectivo em RC com a duração mínima de dois anos e a máxima de seis anos. Falta um «produto» intermédio que proporcione aos jovens outras opções de contrato, aumentando desta forma a sua presença nas FFAA;

***Linha de Acção:*** *Regulamentar, tal como previsto na Lei, o regime de contrato até 20 anos (MDN, EMGFA e Ramos).*

- No que se refere ao impacto do défice de efectivos, independentemente das razões para tal, a sua dimensão não põe em causa o cabal cumprimento das missões atribuídas às FFAA. Todavia, o presente défice origina algumas dificuldades ou constrangimentos, ao nível da sustentabilidade, que são mais expressivos na Força Aérea.

Finalizando, recomendamos que, em futura investigação sobre este tema, sejam aprofundadas outras vertentes, relativas à percepção da juventude sobre a Instituição Militar e, em complemento, que seja desenvolvida, também, investigação na perspectiva da adaptação institucional às realidades das «novas» juventudes. Releva-se o potencial contributo destas linhas de investigação para o conhecimento que é fundamental para quem comanda, chefia ou gere os recursos humanos, bem como para quem define as políticas de pessoal e a imagem das FFAA.

***«Escolher ser isto ou aquilo, é afirmar ao mesmo tempo o valor do que escolhemos, porque nunca podemos escolher o mal, o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que seja para todos»***

Jean-Paul Sartre



## BIBLIOGRAFIA

- CAETANO**, António, **VALA**, Jorge (2000). *Gestão de Recursos Humanos: contextos, processos e técnicas*. Lisboa: EDITORA RH
- CARREIRAS**, Helena (2009). *Projecto “As Forças Armadas portuguesas após a Guerra – fria”*: Inquérito à população portuguesa sobre a Defesa e Forças Armadas. [referência 16 de Fevereiro de 2010] Disponível na internet em: [http://fa.cies.iscte.pt/content/news/inquerito%20defesa%20e%20forcas%20armadas\\_sintese%20dos%20resultados.pdf](http://fa.cies.iscte.pt/content/news/inquerito%20defesa%20e%20forcas%20armadas_sintese%20dos%20resultados.pdf)
- CARRILHO**, Maria (1994). *Democracia e Defesa: Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- CHIAVENATO**, Idalberto (2009). *Recursos Humanos: O capital humano das organizações*. 9ª Ed., Rio de Janeiro: Elsevier
- CIES**, (2009). «INQUÉRITO À POPULAÇÃO PORTUGUESA SOBRE A DEFESA E FFAA» (Resultados apresentados em 22 de Outubro de 2009), no âmbito do projecto «As FFAA após a Guerra-fria», a decorrer no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), ISCTE-IUL.
- COUTO**, Cabral (1990). Nação e Defesa nº56, Outubro – Novembro de 1990. Editorial – Discurso do General Abel Cabral Couto, Director do IDN, na Cerimónia Solene de Abertura das Actividades do IDN.
- CPS**, (2008). VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Estado e Segurança – Jovens e Forças Armadas. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais. 25 a 28 Junho 2008, p.2 [referência 02 Fevereiro 2010]. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/503.pdf>
- EANES**, António Ramalho (2008). Revista Militar, II Século – 60º Volume – n.º 8 e 9, Agosto e Setembro 2008
- FARIA**, Susana (2006). *O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NO PROCESSO DE DECISÃO DOS JOVENS À SAÍDA DO 9º ANO*. [Referência 5 de Fevereiro 2010]. Disponível na Internet em: <http://nonio.eses.pt/interaccoes/artigos/B5%281%29.pdf>
- GAZENEUVE**, Jean, **VICTOROFF**, David (1982). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa/São Paulo: VERBO
- GRILO**, Eduardo Marçal (2002). *Desafios da Educação: Ideias para uma política educativa no século XXI*. Lisboa: Oficina do Livro
- MATOS**, Luís, **BACALHAU**, Mário (2001). *As Forças Armadas em Tempo de Mudança: Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do século XXI*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional



**MDN/DGPRM, JOVENS E FORÇAS ARMADAS: Estudos no âmbito do Dia da Defesa Nacional**, Edições 2004/05, 2005/06 e 2006/07.

**NEVES**, Filipe Ortigão (2005). *Recrutar*. Revista Militar, Publicado em 8 de Dezembro de 2005. [referência 25 Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=4>

**QUIVY**, Raymond, **CAMPENHOUDT**, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5.ª Ed., Lisboa: Gradiva

**RODRIGUES**, Carlos (2000). *Mercatização e Promoção do Produto Militar*. Tese de Mestrado, ISCTE. [referência de 19 de Dezembro 2009]. Disponível na internet em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/crodrigues.html>

**PAIXÃO**, Maria de Lurdes (2000). *Educar para a cidadania*. Lisboa: Lisboa Editora

**SAMPAIO**, Jorge (1997). *Portugueses*. Volume I, 2e ed., Imprensa Nacional – Casa da Moeda

**SANTOS**, Boaventura de Sousa (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 - 1988)*. [SI]. Edições Afrontamento.

**TAVEIRA**, Maria do Céu (2000). *Exploração e Desenvolvimento Vocacional de Jovens*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

**VAZ**, Nuno Mira (2002). *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional

### **Legislação**

**Lei Constitucional n.º 1/2005**, de 12 de Agosto – CRP

**Lei n.º 11/89**, de 1 de Junho – Bases gerais do estatuto da condição militar

**Lei n.º 174/99**, de 21 de Setembro – LSM

**Lei Orgânica n. 1/2008**, de 6 de Maio – Primeira alteração à LSM

**DL n.º 289/2000**, de 14 de Novembro – RLSM

**DL n.º 209/2002**, de 17 de Outubro – Organização curricular do ensino básico

**DL n.º 74/2004**, de 26 de Março – Revisão curricular, ensino secundário

**DL n.º 52/2009**, de 2 de Março – Altera o RLSM

**DL n.º 261/2009**, de 28 de Setembro – Efectivos dos QP das FFAA

**Decreto Regulamentar n.º 12/2009**, de 17 de Julho – Efectivos máximos RC e RV

**RCM n.º 6/2003**, de 08 de Janeiro – Conceito estratégico de defesa nacional

**Despacho n.º 19308/2008**, de 8 de Julho, Gabinete do Secretário de Estado da Educação – Actividades, área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica

**Despacho normativo n.º 36/2007**, de 20 Setembro, Gabinete do Secretário de Estado da Educação – Processo de reorientação do percurso formativo



## **Sítios na Internet**

Exército Português	<a href="http://www.exercito.pt">www.exercito.pt</a>
Força Aérea	<a href="http://www.emfa.pt">www.emfa.pt</a>
Instituto Nacional de Estatística	<a href="http://www.ine.pt">www.ine.pt</a>
Jornal da Defesa e Relações Internacionais	<a href="http://www.jornaldefesa.com.pt">www.jornaldefesa.com.pt</a>
Marinha	<a href="http://www.marinha.pt">www.marinha.pt</a>
Ministério da Defesa Nacional	<a href="http://www.mdn.gov.pt">www.mdn.gov.pt</a>
Revista Militar	<a href="http://www.revistamilitar.pt">www.revistamilitar.pt</a>

## **Entrevistas**

CARDOSO, Dr. António Ideias, doutorando em sociologia / MDN-DGPRM (DEZ09)

CABRAL, MGEN PILAV Valdemar, Director da Direcção do Pessoal (MAR10)

FIGUEIREDO, TGEN Luís, Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (DEZ09)

JESUS, Dr. Vilar de, Licenciado em Recursos Humanos/MDN-DGPRM (DEZ09)

LOPES, Cor António, Director do Serviço de Recrutamento/MDN-DGPRM (DEZ09)

LOPES, CALM Bonifácio, Director da Direcção Serviço do Pessoal (FEV10)

MARQUES, TCOR Mota, Director do Centro de Psicologia da Força Aérea (NOV09)

RODRIGUES, TCOR Carlos, Mestrado em Sociologia (JAN10)

RODRIGUES, MGEN Rui, Director da Direcção da Administração e Mobilização do Pessoal (FEV10)



## APÊNDICE I

### GLOSSÁRIO DE CONCEITOS E DEFINIÇÕES

**Carreira** – *«Trabalho e sentido da vida – estão fortemente associados com questões de identidade (eu sou o que faço) e de vocação (a minha vida é o meu trabalho) ... a carreira de uma pessoa é a forma de a sociedade medir o seu sucesso profissional. ... implica a dinâmica do desenvolvimento da relação entre organização e o indivíduo»* (Caetano e Vala: 424, citando Arthur & Lawrence (1984))

**Cidadania** – *«É a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, ...»* (Paixão: 3, citando Jorge Sampaio)

**Crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar** – A avaliação em défice, face às necessidades de Recursos Humanos das FFAA, do número de jovens que por aculturação e aceitação voluntária do conjunto de valores e deveres que caracterizam a Instituição Militar optam pela carreira militar.

**DDN** – Segundo a DGPRM/MDN, o DDN aborda as seguintes temáticas e actividades: As razões porque existe o Dia da Defesa Nacional; O significado da Defesa Nacional; O que é ser cidadão; As missões das Forças Armadas, a sua organização e os recursos que lhe estão afectos. O actual modelo de Serviço Militar; Como ingressar nas Forças Armadas; O que é possível ser e fazer nas Forças Armadas; Quais os incentivos de que beneficiam aqueles que ingressam nos Regimes de Voluntariado (RV) e de Contrato (RC). Os cidadãos terão ainda a oportunidade de: Assistir às cerimónias do Içar e Arriar da Bandeira Nacional; Visitar a Unidade Militar onde está sediado o Centro de Divulgação da Defesa Nacional (ficando a conhecer as suas principais actividades, meios e equipamentos militares); Colaborar com o Ministério da Defesa Nacional, através de preenchimento de um Inquérito Sociológico, manifestando a sua opinião relativamente ao Dia da Defesa Nacional e às Forças Armadas.

**Desemprego** – *«quando as ofertas de emprego não cobrem todas as procuras, quer por serem em número insuficiente, quer por exigirem qualidades diferentes das que possuem os procuradores de emprego.»* (Gazeneuve e Victoroff, 1982:256)

**Desenvolvimento Vocacional** – percurso de aculturação ligado às profissões baseado na aptidão e interesse de um indivíduo.



**Escola** – Instituição social especificamente organizada para transmitir à juventude a herança cultural, visando integrá-la na sociedade em que vive; é a instituição social destinada a transmitir a educação de forma sistemática.

**Família** – Grupo social caracterizado pela residência comum, pela cooperação económica e pela reprodução. A família é constituída pelos pais e pelos filhos.

**Índice Sintético de Fecundidade** – Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento.

**Marketing** – *A publicidade exerce a sua acção no seio de um feixe de outras técnicas comerciais, cujo conjunto constitui o que se designa por, na falta de uma palavra apropriada na nossa língua, pelo termo inglês de marketing. Todas as técnicas de marketing visam o mesmo objecto: favorecer a venda* (Gazeneuve e Victoroff, 1982:498).

**Mobilidade Social** – mudanças de estatuto entre a situação dos pais e a dos filhos.

**Profissão** – *em sentido lato, a profissão é sinónimo de ofício, quer dizer, de uma actividade donde o indivíduo pode tirar os seus meios de subsistência* (Gazeneuve e Victoroff, 1982:488).

**Taxa de Crescimento Efectivo** – Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

**Taxa de Crescimento Natural** – Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num período de um ano civil.



## APÊNDICE II

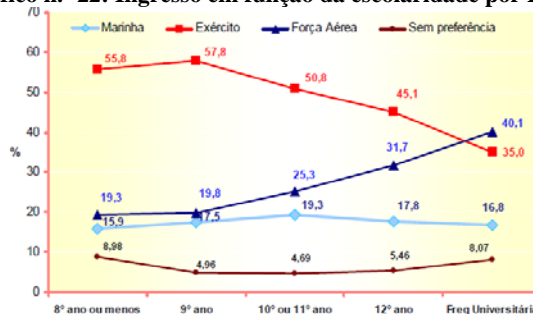
### Análise por Ramo: escolaridade e motivo de ingresso

(Complementa a alínea a. do capítulo terceiro)

#### 1. Ingresso em função da escolaridade por Ramo

Vamos analisar no Gráfico n.º22 as preferências dos jovens que demonstram predisposição para o ingresso nas FFAA, em relação aos diferentes Ramos, de acordo com o grau de escolaridade.

Gráfico n.º 22: Ingresso em função da escolaridade por Ramo



Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Da análise dos dados depreende-se que as habilitações traduzem escolhas diferenciadas no que respeita às preferências dos jovens quanto aos Ramos. O Exército (50,3% do total das preferências de ingresso) surge como o ramo que recolhe a maior «fatia» de interessados até ao 12º ano de escolaridade, com cerca de 45,1% das preferências, valor que decai para os 35% quando a referência passa a ser a frequência universitária. A Marinha (17,57% das preferências de ingresso) mantém basicamente parâmetros estáveis independentemente das habilitações dos jovens. No que respeita à Força Aérea (26,39% do total das preferências de ingresso) verifica-se que à medida que aumenta a escolaridade cresce o número de preferências, sendo mesmo o ramo mais atractivo para os jovens com frequência universitária.

Os valores alcançados, no que respeita ao Exército, poderão eventualmente estar relacionados com a já referida expressão nacional da localização geográfica das suas unidades, nomeadamente no interior continental e nas ilhas e com o facto de as habilitações mínimas para o ingresso serem o 6º ano de escolaridade<sup>10</sup>. Acresce que nos motivos apontados pelos jovens para ingresso no Exército sobressaem o «*Participar em Missões de Apoio à Paz*» e as «*Características da Vida Militar*<sup>11</sup>», o que parece não revelar a intenção de progredir em termos de percurso académico. Por outro lado, o facto de no

<sup>10</sup> Portal do Exército. [Referência 3 Fevereiro 2010]. Disponível na Internet em: [http://www.exercito.pt/recrutamento/candidatura\\_condicoes.html](http://www.exercito.pt/recrutamento/candidatura_condicoes.html)

<sup>11</sup> É nosso entendimento que «características da vida militar» corresponde ao imaginário construído pelos jovens, resultante do conhecimento e informação sobre as FFAA, normalmente associado aos valores militares.



caso da Marinha e da Força Aérea os motivos recaírem no «*Adquirir Formação Profissional*» e em «*Concorrer ao QP das Forças Armadas*», poderá indiciar a existência de uma lógica de mais-valia pessoal na aquisição de competências técnico-profissionais e académicas.

No que concerne à percentagem na «*Frequência universitária*» alcançada pela Força Aérea, a explicação poderá estar relacionada com o facto deste Ramo ter muitas áreas técnicas e, em geral, a aeronáutica estar associada à sofisticação tecnológica. Não será também de descurar a questão das habilitações exigidas para ingresso. Só muito recentemente, em 2008, a Força Aérea iniciou a admissão de militares com o 9º ano de escolaridade em seis especialidades para Praças, num universo de cerca de 20 (nas restantes especialidades é exigido no mínimo o 11º ano).

## 2. Motivo para o ingresso em cada Ramo

A Tabela n.º11 espelha a resposta dos inquiridos quanto aos motivos de ingresso por Ramo.

Tabela n.º 11: Motivo para o ingresso em cada Ramo

Motivos de Ingresso	Marinha	Exército	Força Aérea
Vocação Profissional	15,2	16,1	14,7
Concorrer ao QP das Forças Armadas	25,3	20,5	25,5
Prestígio Social dos Militares	15,6	16,8	16,9
Concorrer ao QP das Forças de Segurança	10,3	11,8	9,9
Incentivos Atractivos	24	23	25,2
Participar em Missões de Apoio à Paz	40	43,7	35,6
Adquirir Independência Económica e Familiar	20,8	19,1	20,9
Adquirir Formação Profissional	37,8	37,1	42
Concorrer ao QP da Função Pública	6,6	5,9	7,2
Características da Vida Militar	33,2	41	27,6
Não ter emprego	5,2	4,4	5,5
Não conseguir outro emprego	4,3	4,3	5,2

Fonte: Estudo JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS/DDN-2006/07

Salientando alguns dos dados, desde logo ressalta que a participação em missões de paz (43,7%) e as características da vida militar (41%) constituem as razões mais apontadas para os jovens que pretendem ingressar no Exército. No entanto, no que se refere ao item «*Concorrer ao QP das Forças Armadas*», o Exército tem um valor inferior aos outros ramos, o que poderá estar relacionado com habilitações insuficientes dos jovens para assumir um vínculo permanente. Não podemos deixar de referir a baixa percentagem atribuída à «*vocação profissional*» que, na nossa perspectiva, vem ao encontro das conclusões alcançadas no capítulo segundo relacionadas com o conhecimento e informação sobre os assuntos relacionados com a Defesa Nacional e as FFAA. No caso da Força Aérea ressalta o valor mais elevado, 42%, correspondente ao item «*Adquirir Formação Profissional*» que poderá estar relacionado com a imagem tecnológica e da mais-valia formativa associada à actividade aeronáutica.



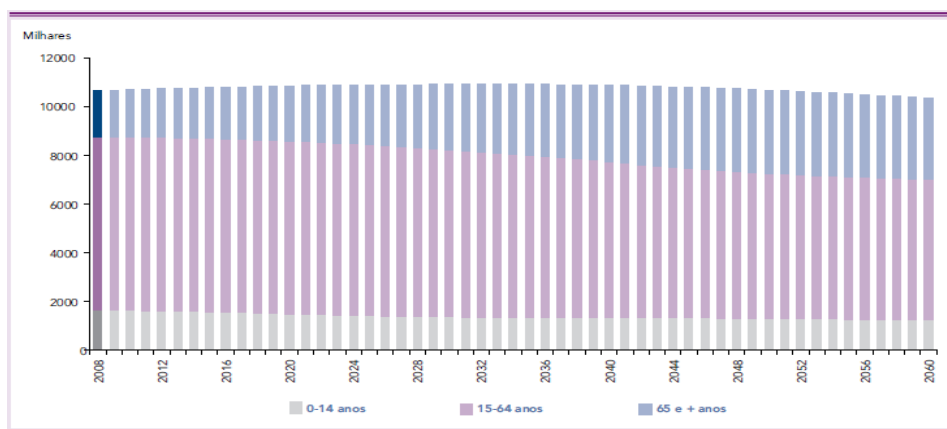
### APÊNDICE III – DIAGRAMA

TEMA	QUESTÃO CENTRAL	QUESTÕES DERIVADAS	HIPÓTESES	CONF. DAS HIPÓTESES	CONCLUSÕES	RESPOSTA À QUESTÃO CENTRAL
A crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar e o seu impacto no cumprimento das missões atribuídas.	Em que medida a crise vocacional da juventude portuguesa face à carreira militar condiciona o cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas?	O que leva a juventude portuguesa durante o seu desenvolvimento vocacional a não potenciar a carreira militar como escolha profissional?	A carreira militar não é opção para a juventude portuguesa porque os jovens em geral não têm conhecimento suficiente sobre as FFAA e no seu percurso vocacional são tardiamente confrontados com a opção carreira militar.	<b>HIPÓTESE 1</b> <b>VALIDADA</b> Pág. 17	<b>CONCLUSÕES</b> e <b>LINHAS DE ACÇÃO</b> (Pág. 39)	Foi possível identificar e propor linhas de acção de acordo com as conclusões alcançadas
		Após a participação no DDN, o que leva alguns jovens a escolher a carreira militar?	A apreciação da maioria dos jovens participantes no DDN é positiva contribuindo para projectar uma imagem favorável da Defesa Nacional e das FAA. Consideram as FFAA úteis, eficazes e uma oportunidade profissional a equacionar no futuro.	<b>HIPÓTESE 2</b> <b>VALIDADA</b> Pág. 29		
		Os recursos humanos são suficientes para o cabal cumprimento das missões das FFAA?	Os recursos humanos parecem ser suficientes para o cabal cumprimento das missões das FFAA. Contudo as alterações demográficas e a competição no mercado de trabalho condicionam a obtenção dos recursos humanos, podendo ter impacto ao nível da sustentabilidade.	<b>HIPÓTESE 3</b> <b>VALIDADA</b> Pág. 38		



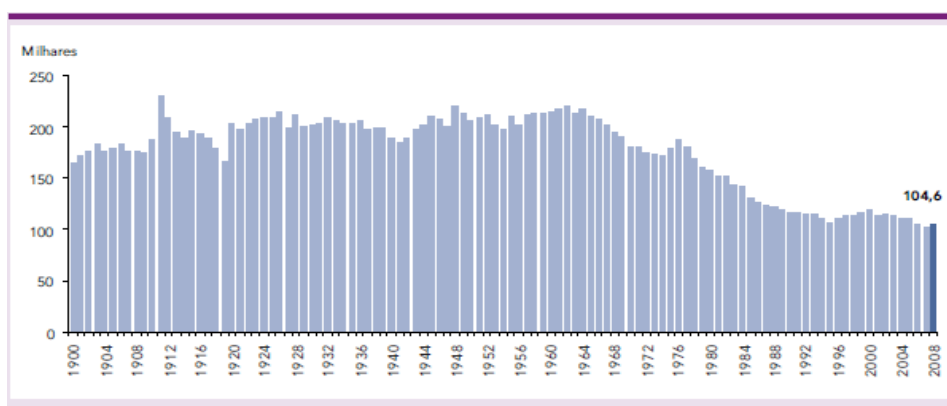
## ANEXO A – Dados Estatísticos da População

Gráfico: n.º 20: População residente por grandes grupos etários (milhares), Portugal, 2008-2060



Fonte: INE, População e Sociedade, Estatística Demográfica Edição / 2009

Gráfico: n.º 21, Nados vivos (em milhares), Portugal. 1900-2008



Fonte: INE, População e Sociedade, Estatística Demográfica – Edição / 2009

Tabela n.º 6: População estrangeira – titulares de autorizações de residência

	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008(1)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Total</b>	<b>238 929</b>	<b>100,0</b>	<b>249 995</b>	<b>100,0</b>	<b>263 322</b>	<b>100,0</b>	<b>274 631</b>	<b>100,0</b>	<b>332 137</b>	<b>100,0</b>	<b>401 612</b>	<b>100,0</b>	<b>436 020</b>	<b>100,0</b>
Europa	72 229	30,2	77 124	30,9	83 687	31,8	88 781	32,3	124 901	37,6	168 124	41,9	166 025	38,1
África	114 399	47,9	117 954	47,2	121 584	46,2	124 541	45,3	129 806	39,1	138 337	34,4	125 671	28,8
Angola	24 782	10,4	25 616	10,2	26 517	10,1	27 533	10,0	28 856	8,7	30 431	7,6	27 307	6,3
Cabo Verde	52 223	21,9	53 434	21,4	54 788	20,8	55 608	20,2	57 369	17,3	61 110	15,2	50 887	11,7
Guiné Bissau	19 227	8,0	20 041	8,0	20 511	7,8	20 935	7,6	21 170	6,4	22 174	5,5	23 842	5,5
Moçambique	4 864	2,0	4 916	2,0	4 953	1,9	5 029	1,8	5 154	1,6	5 403	1,3	3 347	0,8
S. Tomé e Príncipe	6 968	2,9	7 279	2,9	7 828	3,0	8 198	3,0	8 874	2,7	9 736	2,4	11 402	2,6
Outros	6 335	2,7	6 668	2,7	6 987	2,7	7 238	2,6	8 383	2,5	9 483	2,4	8 886	2,0
América Central e do Sul	30 397	12,7	32 393	13,0	34 771	13,2	37 544	13,7	48 586	14,6	62 159	15,5	112 369	25,8
América do Norte	10 138	4,2	10 116	4,0	10 108	3,8	10 080	3,7	10 122	3,0	10 228	2,5	3 180	0,7
Ásia	10 938	4,6	11 565	4,6	12 331	4,7	12 837	4,7	17 870	5,4	21 902	5,5	28 425	6,5
Outros	828	0,3	843	0,3	841	0,3	848	0,3	852	0,3	862	0,2	350	0,1

[1] Valores disponíveis em Junho de 2009  
Fonte: SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Fonte: INE, População e Sociedade, Indicadores Sociais – Edição 2009



## ANEXO B – Efectivos das FFAA

Tabela n.º 7: Efectivos QP (DL 261/2009) e RC/RV (Dec. Reg. 12/2009)

QP	Marinha	Exército	F. Aérea	Totais
Oficiais	1.446	2.387	1.391	5.224
Sargentos	2.650	4.013	2.633	9.296
Praças	4.018	-	-	4.018
<b>Totais</b>	<b>8.114</b>	<b>6.400</b>	<b>4.024</b>	<b>18.538</b>
RC/RV				
Oficiais	241	750	570	1.561
Sargentos	44	1.500	40	1.584
Praças	2.565	13.600	3.000	19.165
<b>Totais</b>	<b>2.850</b>	<b>15.850</b>	<b>3.610</b>	<b>22.310</b>
<b>Totais Globais</b>	<b>10.964</b>	<b>22.250</b>	<b>7.634</b>	<b>40.848</b>

Tabela n.º 8: Efectivos Marinha

CATEGORIAS	NECESSIDADES	DISPONÍVEIS*	SALDO
OFICIAIS	1.729	1.595	-134
SARGENTOS	2.439	2.387	-52
PRAÇAS	5.064	4.730	-334
<b>TOTAL</b>	<b>9.232</b>	<b>8.712</b>	<b>-520</b>

\* Efectivos em 06JAN2010, excluindo o pessoal em formação.

Tabela n.º 9: Efectivos Exército

CATEGORIAS	NECESSIDADES	DISPONÍVEIS*	SALDO
OFICIAIS	3.137	2.633	-504
SARGENTOS	5.513	4.629	-884
PRAÇAS	13.600	9.745	-3.855
<b>TOTAL</b>	<b>22.250</b>	<b>17.007</b>	<b>-5.243</b>

\* Efectivos em 17FEV2010, excluindo o pessoal em formação.

Tabela n.º 10: Efectivos Força Aérea

CATEGORIAS	NECESSIDADES	DISPONÍVEIS*	SALDO
OFICIAIS	1.961	1.882	-79
SARGENTOS	2.673	2.499	-174
PRAÇAS	3000	1.850	-1.150
<b>TOTAL</b>	<b>7.634</b>	<b>6.181</b>	<b>-1.403</b>

\* Efectivos em NOV2009, excluindo o pessoal em formação.